

HT-64

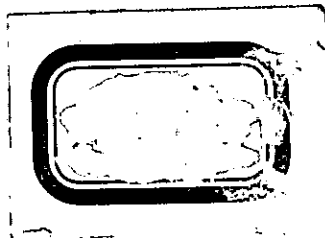
UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

*A EXPLORAÇÃO DE LENHA EM NHACOONGO E OS SEUS EFEITOS
NO MEIO AMBIENTE LOCAL ENTRE O PERIODO DE 1974 À 1992*

“Dissertação apresentada em cumprimento dos requisitos exigidos para a obtenção
do grau de licenciatura da UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE ”



06

F. LETRAS U. E. M.	
R. E.	27085
DATA	21 fevereiro 00
AQUIÇÃO	cofer ta
COTA	HT-64

630 # 31 (679)
N 852 e

Autor : Gertrudes Noronha

Maputo, Dezembro de 1998

DECLARAÇÃO

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada na sua essência, para a obtenção de qualquer grau e que, ela constitui o esforço da minha pesquisa pessoal, estando nela incluídos todas as fontes que utilizei.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais e irmãos

Ao Filipe e `a Leticia

AGRADECIMENTOS

Os meus sinceros agradecimentos ao meu supervisor, Prof. Doutor Arlindo Gonçalo Chilundo pela paciência e aconselhamento sempre que foi necessário, durante o percurso da elaboração deste trabalho.

Quero também agradecer profundamente ao MICOA e a Faculdade de Letras pelo suporte financeiro prestado sem o qual, não teria sido possível realizar as deslocações a Província de Inhambane, local onde decorreu o trabalho de campo, além de todo o material utilizado na elaboração desta dissertação.

Os meus agradecimentos estendem-se à todos aqueles que directa ou indirectamente contribuíram com ideias para o enriquecimento desta dissertação, particularmente a Professora Doutora Lídia de Brito, alguns dos meus colegas de curso, todos os entrevistados, pelo seu tempo e disponibilidade e também ao Sr Manuel Maurício pelos arranjos técnicos.

A minha gratidão especial vai para o meu marido Filipe Samuel e a minha filha Leticia que durante muitas horas ficaram privados de amor e afecto de mãe e de esposa.

ÍNDICE

Resumo.....	I
Lista de Anexos e figuras.....	II
CAPÍTULO I	1
NOTAS INTRODUTÓRIAS	1
1 Introdução.....	1-4
2 Enquadramento Teórico.....	4-16
CAPÍTULO II	17
DESCRIÇÃO DO LUGAR, NHACOONGO	17
Introdução	17
1 Situação Geográfica, Limites e Superfície.....	17
2 Condições Naturais.....	18-20
3 Povo, Origem e Expansão.....	20-21
4 Estrutura Sócio - Política e Administrativa.....	21-23
5 Análise de Algumas Políticas de Desenvolvimento e a Sua Relação Com a Economia Local.....	23-29
6 Estrutura da Economia de <i>Nhacoongo</i>	29-31
CAPÍTULO III	32
A UTILIZAÇÃO E CONSUMO DOS DIVERSOS TIPOS DE ENERGIA NA CIDADE DE INHAMBANE	32
Introdução	32
1 Origem da População da Cidade de Inhambane.....	32-33
2 A preciação Global do Crescimento da População de Inhambane.....	33-36
3 Tipos de Energia Utilizada.....	37-38

4 Consumo de Lenha na Cidade de Inhambane.....	38-41
--	-------

CAPÍTULO I V.....	42
--------------------------	-----------

A EXPLORAÇÃO DE LENHA EM NHACOONGO E OS SEUS EFEITOS NA COMUNIDADE LOCAL	42
---	-----------

Introdução.....	42
------------------------	-----------

1 Disponibilidade de Recursos Florestais em <i>Nhacoongo</i>	42-45
--	-------

2 Zonas de Produção de Lenha.....	45-48
-----------------------------------	-------

3 Zonas de Mercado.....	49-51
-------------------------	-------

4 Estrutura de Comercialização de Lenha em <i>Nhacoongo</i>	51-53
---	-------

5 Finalidade da Lenha.....	54
----------------------------	----

6 Base legal da Exploração de Recursos Naturais: Lenha	55
--	----

7 Mecanismos de Gestão e Controle, dos Recursos Florestais	56-60
--	-------

8 Os Intervenientes no Processo da Gestão e Maneio dos Recursos Naturais, Versus: Lenha.....	60-61
---	-------

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES.....	62-64
--	--------------

1 Conclusões	62-63
--------------------	-------

2 Recomendações	64
-----------------------	----

6 FONTES UTILIZADAS	65
----------------------------------	-----------

I Obras e Artigos Publicados	65-67
------------------------------------	-------

II Fontes Primarias	67
---------------------------	----

III Fontes Orais	68
------------------------	----

Anexos

RESUMO

O presente trabalho debruça-se numa abordagem histórica, sobre a exploração de lenha em *Nhacoongo*, no período entre 1974 à 1992. É objectivo central deste estudo a análise das principais práticas que conduziram a escassez da lenha ao nível da região. Com base nas hipóteses levantadas, argumentamos que na exploração da lenha em *Nhacoongo*, foram extremamente importantes e decisivos alguns factores tais como a migração, a agricultura itinerante, as aldeias comunais, a seca, a guerra civil e o posicionamento dos Caminhos de Ferro no processo. O processo da migração a nível local, manifestou-se de duas formas: primeiro com a ida de homens em idade activa para a África do Sul para o trabalho nas minas e, em segundo lugar, com a migração rural-urbana de *Nhacoongo* para a cidade de Inhambane, sobretudo após a guerra civil. Na década de oitenta registou-se uma redução de contratados na região. Ao regressarem à sua zona e sem emprego, a lenha transformou-se num dos alvos imediatos para a exploração e comercialização. Por outro lado, os migrantes que partiram em direcção à cidade, transportaram consigo hábitos típicos do campo no concenente ao uso de energia doméstica. Assim, o consumo da lenha passou a ser mais disseminado na cidade de Inhambane. Quanto às aldeias comunais iniciadas em Moçambique nas zonas libertadas na Província de Inhambane e, em particular no distrito de Inharrime, só ganharam relevo a partir de 1980. Foi nesse contexto que em 1981 foi construída a aldeia de Mafassane em *Nhacoongo*. A sua implantação e desenvolvimento significou exploração de recursos florestais, lenha para a cozinha, outros fins e diversos materiais para a construção das suas habitações. A seca e a guerra constituíram outros dois factores que contribuíram negativamente no uso e aproveitamento da lenha localmente. Sendo a agricultura o suporte económico, com a seca a base de subsistência da comunidade foi posta em causa, acentuando o nível de pobreza. Mais uma vez, os recursos florestais constituíram uma das alternativas imediatas no alívio à fome. No que se refere à política adoptada pelos C.F.M Delegação de Inhambane, embora sem ser esta sua vocação, contribuiu para a actual situação de escassez da lenha, em *Nhacoongo*. A referida Instituição utilizava nas suas locomotivas apenas lenha de tamanho médio. Entretanto, no acto da produção de lenha, cortava também a fina e grossa vendendo-a aos trabalhadores, população e padarias, contribuindo, deste modo, para uma subexploração dos recursos florestais locais. A dissertação conclui que o factor principal da escassez de lenha na região, era o baixo perfil sócio-económico que a população local e arredores travessava, sem alternativas de sobrevivência e, portanto, recorriam à lenha que os permitia angariar alguma moeda de troca.

LISTA DE ANEXOS E FIGURAS

Anexo 1: Mapa Sobre a Situação Geográfica e Limites.

Anexo 2: Fotografias Sobre a flora de *Nhacoongo*, a Aldeia Comunal de Mafassane, a Regedoria do regulado de *Nhacoongo* e o respectivo Régulo.

Anexo 3: Alguma documentação Avulsa e não Publicada dos C.F.M, Referente á Guias de Autorização para a exploração de Lenha e Aquisição de Utensílios Usados no Processo de Corte.

Anexo 4 : Guião de Entrevistas.

CAPÍTULO I

NOTAS INTRODUTÓRIAS

Introdução

O presente trabalho debruça-se sobre um tema extremamente contemporâneo pelo facto de a maior parte da população moçambicana, sobretudo rural, utilizar a lenha como único combustível e ao mesmo tempo única fonte de energia até para algumas famílias das zonas urbanas e peri-urbanas. Por outro lado, pensamos que o tema em abordagem, não tem merecido o devido realce nos planos de desenvolvimento nacionais, talvez por causa da situação económica e social deficitária que o país atravessa, levando a primazia outras áreas consideradas mais pertinentes.

A relevância deste estudo prende-se com o facto de que a guerra que opôs o governo com as forças insurgentes da RENAMO provocou uma forte movimentação populacional do campo para as cidades. Em 1992, terminado o conflito armado, verificou-se um pouco por todo o país, uma forte pressão sobre os recursos naturais de uma forma geral.

Nhacoongo foi em tempos não muitos remotos, pelo menos até aos finais da década de setenta e princípios de oitenta, uma zona potencialmente dotada de um manancial florestal apreciado pela população local para a apanha e suprimento de lenha para o consumo e venda, abastecendo a cidade de Inhambane e arredores. Esta situação mudou completamente. A população local percorre actualmente largas distâncias à procura de lenha. Além disso, a cidade de Inhambane já não é abastecida por *Nhacoongo*, mas sim, pelas várias localidades do Distrito de Jangamo (Marrumwana, Chibassa, Fambacwatse e outras). Por isso, é do nosso interesse perceber os aspectos que desencadearam tais mudanças.

Constituem balizas cronológicas os anos de 1974-1992. O ano de 1974 marcou uma nova etapa na história das ex-colónias portuguesas e pôs fim ao sistema político e administrativo. Novas condições para o desenvolvimento foram criadas. Em Moçambique a FRELIMO conduziu o país à independência a 25 de Junho de 1975, iniciando assim um programa de reformas diversas.

O ano de 1992, possui dois marcos importantes no contexto da abordagem que pretendemos realizar. O primeiro marco refere-se ao fim da guerra de desestabilização movida pela RENAMO com o apoio Sul Africano. O segundo marcou o início do período de paz, reacentamento populacional, a reformulação de algumas estratégias de desenvolvimento rural e, ainda no mesmo ano, por Decreto Presidencial de 3 de Junho era criada a Comissão Nacional do Meio Ambiente, com os objectivos de coordenar a nível nacional os actos de carácter ambiental, promovendo a sua gestão conservação e utilização de forma racional mediante a adopção de estratégias a serem implementadas nos planos de desenvolvimento.

São objectivos deste trabalho, a apreciação da problemática da disponibilidade de alguns recursos naturais no país, como é o caso dos recursos florestais e energéticos, tendo como ponto de partida a lenha, de modo a perceber o movimento ecológico nacional. Pretende-se também tentar situar a problemática da lenha dentro das actividades económicas e propor medidas que possam contribuir para a melhor gestão e maneo de combustível lenhoso a nível local. Como objectivo específico, pretende-se identificar formas de maneo e gestão feitos pela população de *Nhacoongo*, tendo em consideração os seus hábitos, costumes, tradições e tabus transmitidos de geração para geração.

No tocante à metodologia que foi utilizada no trabalho, destaca-se para além de pesquisa documental no Arquivo Histórico de Moçambique, Centro de Estudos Africanos, Bibliotecas da Faculdade de Letras, dos Ministérios da Agricultura e Pescas, e para a Coordenação Ambiental; recorreu-se também a métodos participativos, como entrevistas a alguns agregados familiares da cidade de Inhambane, membros da comunidade de *Nhacoongo*, conversas formais, informais, histórias de vida e questionários. Tanto os inquéritos como as entrevistas foram previamente estruturadas e / ou semi-estruturadas e decorreram em paralelo, marcados no local antes da sua realização. O trabalho de campo traduziu-se na observação e descrição das práticas usadas na exploração de *lenha*.

Moçambique, encontra-se actualmente a viver uma situação sócio-económica deficitária, como consequência da herança colonial Portuguesa, a recente guerra terminada entre o Governo e a RENAMO, além das várias calamidades naturais que amiúde têm afectado o país.

Nas zonas rurais a falta de meios essenciais de sobrevivência tem levado as comunidades locais ao recurso às florestas nativas para o abastecimento de lenha, mel, frutas silvestres e, não só mas também a produção de combustíveis lenhosos (lenha e carvão) como actividade importante na obtenção de valores monetários, pondo em risco os valores "tradicionais" de gestão dos recursos naturais das comunidades locais.

Partindo do pressuposto de que *Nhacoongo* foi, sobretudo na década de setenta, uma zona potencial de exploração e distribuição de lenha, a presente dissertação tem como questões essenciais as seguintes:

a) Que factores contribuíram para a escassez de lenha?

b) Quais os níveis actuais de exploração e consumo?

c) Quais os principais intervenientes no processo?

d) Que mecanismos foram criados pelas comunidade de *Nhacoongo* para continuar a gerir adequadamente os seus recursos, sem por em risco o que lhe foi transmitido de geração para geração?

e) Perante as várias fases da história de Moçambique: Colonização, fase de transição, pós independência e as novas políticas de desenvolvimento governamentais, como se manifestou a comunidade local?

A presente tese é constituída por quatro capítulos, que estão apresentados de acordo com a seguinte ordem de exposição.

O capítulo I é referente às notas introdutórias, e contempla os seguintes aspectos: a apresentação do tema, importância e actualidade, balizas cronológicas, objecto e objectivos do estudo, metodologia a ser empregue e problemática. Por questões metodológicas, os itens acima citados, fazem parte do primeiro subcapítulo, sendo o segundo subcapítulo associado ao enquadramento teórico que aborda a crítica às fontes e a apreciação de alguns conceitos que consideramos pertinentes neste trabalho.

O capítulo II, apresenta a situação geográfica, limites, superfície, condições naturais fundamentais : flora e fauna, seguidas da componente demográfica (povo, origem e expansão) depois, a estrutura sócio- política e administrativa, a análise de alguns aspectos relacionados com as políticas de desenvolvimento sócio-económico, antes e pós independência e, por último, a estrutura da economia local .

O capítulo III, versa sobre a natureza das fontes de energia na cidade de Inhambane, ondê é realçado o lugar da lenha entre os outros combustíveis usados

localmente, pela população em geral, padarias e algumas instituições, com particular realce para a Delegação dos C.F.M. de Inhambane.

O capítulo IV e último deste trabalho, que se afigura principal neste estudo, versa sobre a exploração de lenha em *Nhacoongo* e os seus efeitos no meio local, 1974/1992. Na tentativa de melhor tratar o assunto abordámos várias questões entre elas os recursos florestais disponíveis a nível local, zonas de produção, de consumo, transportes utilizados no escoamento, finalidade da lenha, o papel da mulher como um dos maiores intervenientes no processo, base legal e os mecanismos de controle e gestão feitos pela comunidade local. Todas as questões foram respondidas com o intuito de perceber, que motivos concorreram para a escassez de lenha na região em estudo, enquanto na cidade de Inhambane continua a verificar-se grande afluxo de biomassa lenhosa. O que aconteceu de facto, e quais as actuais zonas de produção e fornecimento à cidade de Inhambane.

2 Enquadramento Teórico

A gestão dos recursos naturais em Moçambique, esteve historicamente, sempre associada às práticas naturais-locais das comunidades, através de tabus, canções, danças e outras formas de expressão e ensinamentos transmitidos de geração para geração.

Com a implantação do colonialismo Português, registaram-se algumas alterações no *habitat* moçambicano. Em *Nhacoongo* a administração colonial criou uma estação agrária que iria supostamente desenvolver a região, no que diz respeito ao auxílio à população no estudo dos solos, culturas a serem implementadas e outros aspectos, mas tal não aconteceu devido ao seu mau funcionamento. Por outro lado, dentro do distrito de Inharrime, onde se localiza *Nhacoongo* nossa área de estudo, foram promovidas algumas culturas de rendimento tais como o arroz e o algodão que certamente alteraram os anteriores padrões de uso e aproveitamento pela comunidade local dos seus recursos naturais e energéticos em particular : a *Lenha*.

A independência de Moçambique significou de entre outros aspectos, a redefinição de novas políticas de desenvolvimento tendo sido a socialização das zonas

rurais, o sistema de aldeamentos comunais e de cooperativas agrícolas escolhido para inverter a situação de atraso económico herdado do período colonial.

Neste contexto e, segundo Casal¹ as aldeias comunais, apresentadas como alternativa para ultrapassar o atraso do país, em particular no campo, pretendiam modernizar e socializar o *habitat* rural e a produção agrícola. Porém, estes motivos por mais bem intencionadas que tenham sido, não tiveram em conta as comunidades locais. Tal é o caso de *Nhacoongo*, onde foi instalada a aldeia comunal de Mafassane que certamente teve influências na modificação do espaço local, uso e aproveitamento dos recursos naturais.

A província de Inhambane, no geral, foi assolada por períodos de seca prolongada. Na década de oitenta, a população rural para melhor se defender desta calamidade, aglomerou-se em centros de recuperação, fazendo surgir novas aldeias ou reconstruindo as anteriores. Este reacentamento era efectuado de acordo com a disponibilidade dos recursos naturais (água, terra, floresta, etc.). Entretanto devido a pressão da população sobre os recursos estes começaram a escassear em certas zonas.² A guerra de desestabilização movida pela RENAMO também provocou uma situação de vulnerabilidade da população moçambicana perante os recursos naturais. Pois, ao se refugiarem fora do seu *habitat*, sem emprego, sem possibilidade de apoio, sem mínimas condições de sobrevivência, sem escolaridade básica, não lhes restava outra alternativa, senão aproveitar o máximo dos recursos disponíveis nesses lugares, com vista a obter alguns valores monetários.³

Tal é o caso de *Nhacoongo*, onde alguns residentes actuais, que não sendo naturais da zona, cortam lenha e vendem, sem obedecer as regras locais de gestão de recursos naturais. Os próprios naturais por diversos motivos que incluem o nível de pobreza em que se encontram, a necessidade de terras para a agricultura itinerante com práticas de queimadas, além da sobreexploração, recorrem à biomassa lenhosa como meio de sobrevivência e lucro fácil.

Terminada a guerra, em 1992, estavam criadas as condições para a reestruturação e desenvolvimento sócio-económico, no país. Nessa altura, o gás

¹ Casal, Adolfo Yanez I. Antropologia e Desenvolvimento: As Aldeias Comunais de Moçambique. Lisboa: 1995: 14.

² Araújo, Manuel G. M. O Sistema das Aldeias Comunais em Moçambique: Transformações na Organização do Espaço Residencial e Produtivo. Lisboa: 1988: 229.

³ Andrade, X, Casimiro, I, Loro, Carla, Muramora, R. A mulher e o Ambiente, Maputo, 1991.

natural, o petróleo e a electricidade ainda se encontravam a preços comportáveis para alguns residentes citadinos um pouco por todo o país. Actualmente, devido ao fraco poder económico das famílias, e a fraca capacidade de distribuição do gás e da electricidade, a utilização da lenha e do carvão vegetal para confeccionar os alimentos, aquecer a água e outros fins é a mais frequente energia utilizada. A lenha, passou a ser o combustível exclusivo para a satisfação das necessidades de energia doméstica nas zonas rurais, onde particularmente as mulheres e crianças percorrem grandes distâncias na apanha da lenha.

A abordagem de aspectos teóricos da presente tese, será efectuada em duas vertentes a saber: a análise de literatura e a apreciação de alguns conceitos básicos relacionados com o estudo.

No respeitante à análise de literatura, convém referir que durante a pesquisa bibliográfica, constatámos a existência de imensa documentação referente aos recursos naturais, meio ambiente e recursos florestais, sobretudo no tocante à madeira, ao nível do país. Porém, no que diz respeito aos combustíveis lenhosos, foram poucos os documentos fiáveis que encontrámos que abordassem as questões relevantes como, por exemplo, o que está representa de facto para a maioria da população moçambicana, não só em termos de gestão e manuseamento, mas também o seu peso nas receitas dos agregados familiares.

Neste estudo, várias foram as fontes utilizadas, mas especial destaque foi dada as fontes orais cujo o objectivo era o de trazer à tona dados desconhecidos, fazer ouvir a comunidade confrontar com o que existe, e até para completar as informações escritas existentes. As fontes escritas, baseiam-se na investigação documental publicada e não publicada, relacionadas com a lenha, recursos naturais, história local e que funcionaram como suporte para a análise do tema em relance.

Nas fontes escritas, são de extrema importância as fontes primárias colhidas no Arquivo Histórico de Moçambique, em particular a obra de Cabral⁴ que avalia os usos e costumes dos vários grupos étnicos de Inhambane. Faz um levantamento de alguns problemas vividos pelos três grandes grupos étnicos (Xitsua, Xichopi e Guitonga), distribuídos pelos vários distritos. Caracteriza seguidamente o processo de ocupação colonial Portuguesa, dividindo-o em três fases, sendo a primeira, desde a

⁴ Cabral. Augusto. Raças, Usos e Costumes dos Indígenas do distrito de Inhambane. Shitswa, Guitonga. Shishope. L. Marques: Imprensa Nacional, 1910.

chegada dos portugueses à Inhambane até 1894, fase em que Portugal, segundo o mesmo autor, só se limitou, com relação a Inhambane, a exportar escravos para o Brasil, sem mudar algo palpável e vantajoso para a população dessa zona. A segunda que se estende de 1894 à 1904, fase em que se deu a ocupação efectiva por Portugal, na qual nenhuma medida prática, fora a ocupação efectiva, foi realizada pela administração vigente. Na última fase, de 1904 à 1910, o autor refere que a administração só se preocupou com a educação moral dos nativos.

A relevância desta obra para o presente trabalho é dada pelo facto de conter vários elementos relacionados com a ocupação desses grupos étnicos, acompanhados de um vocabulário linguístico, bastante rico de línguas faladas na região.

Ainda dentro da literatura primária, os relatórios dos administradores locais, merecem uma digna apreciação neste trabalho, em particular o documento de Silva.⁵ É um exemplo salutar. Publicado em duas partes focaliza a sua análise na história e cultura dos povos do distrito de Inharrime. Comparativamente com a anterior obra, esta estuda apenas uma pequena parte daquilo que constitui a grande Província de Inhambane, por isso, as informações sobre o distrito de Inharrime que constam no documento estão mais pormenorizadas. De referir que o documento em si foi elaborado, utilizando depoimentos obtidos em reuniões públicas na sede das circunscrições e regedorias locais, uso de correspondências oficiais, balanço aos cofres, exames de contabilidade oficial e outras materiais, além da grande vantagem de que o autor goza, pelo facto de ter sido inspector administrativo colonial em Moçambique, particularmente no distrito de Inharrime. De entre os vários aspectos analisados no documento mereceu a nossa particular atenção o que se referente às actividades económicas onde, a dado passo, o autor afirma existirem na região postos de experimentação do Instituto de Investigação Agronómica em *Nhacoongo* e o posto agrícola da Mahalamba, em Mangorro. O autor comenta que as experiências levadas a cabo por estas instituições, não beneficiavam os agricultores e camponeses no seu quotidiano, apenas quando se tratasse da cultura do algodão, onde o Instituto do Algodão, prestava a devida assistência.⁶ Por estas palavras podemos depreender que a administração colonial portuguesa, não se preocupou com o nível de desenvolvimento das populações rurais de Moçambique em geral e, em particular, de *Nhacoongo*, mas

⁵ Silva, Raúl Ribeiro dos Santos Delgado e, Relatório da Inspeção Ordinária à Administração da Circunscrição de Inhambane, ISANI, ex 33, (1969).

apenas com o cumprimento das metas traçadas para as culturas de rendimento como foi o caso do algodão, na região em estudo, embora em pequenas quantidades.

No grupo de documentos primários encontramos ainda um leque de literatura avulsa e não publicada dos C.F.M Delegação de Inhambane constituída por guias de concessão e licenças de corte de lenha, passadas pela Direcção Provincial de Agricultura de Inhambane. Importa referir que estes documentos são os únicos que conseguimos encontrar e, por isso, são muito importantes neste estudo.

No que diz respeito aos recursos floresta-lenha, seleccionamos alguns documentos que achamos relevantes para este trabalho. É o caso de um documento publicado em 1992 pelo Ministério da Agricultura ⁷ que caracteriza a situação florestal em Moçambique, desde o período colonial até ao ano de 1992. Num relance à situação florestal do país, adiantou que as primeiras referências de pesquisa florestal iniciaram nos anos 1920 e que depois dessa altura até ao período de transição, a informação existente é pouco consistente, dispersa, e mal coordenada. Quanto ao período pós-independência, refere que mesmo depois da Independência, a investigação nessa área tem sido bastante restrita. Este documento é importante para o nosso trabalho pelo facto de fornecer a panorâmica global da situação dos recursos florestais do País e algumas estratégias para o desenvolvimento do sector.

Tsamba & Soto (1997)⁸ analisaram a problemática do combustível lenhoso pelo país no contexto da gestão dos recursos e do meio ambiente. A análise efectuada aponta, tal como os outros estudos sobre a matéria, que a maior parte da população moçambicana, utiliza a lenha como combustível doméstico, não só nas zonas rurais como também em algumas zonas urbanas e peri-urbanas. Observam ainda que a população rural, regra geral, não corta lenha, mas sim efectua a apanha ou colheita, obedecendo ainda algumas regras tradicionais e culturais de maneio e gestão dos recursos naturais, enquanto nas zonas suburbanas e urbanas a pressão sobre os recursos é maior e tende a aumentar e a sua aquisição envolve valores monetários. É dentro desta problemática que o documento apela para que a energia lenhosa em

⁶ Silva, R. (1969): 97.

⁷ Plano Nacional de Investigação Florestal. (1º Rascunho). Ministério da Agricultura, Direcção Nacional de florestas e Fauna Bravia (Centro de Experimentação florestal), Maputo, 1992.

⁸ Tsamba & Soto. Planeamento Integrado de Energia Doméstica: Biomassa Lenhosa. U.E.M/ Faculdade de Engenharia- U.P, 1997.



Moçambique seja vista por todos, no quadro do sector energético global, onde estão inseridas outras formas de energia não lenhosa.

Ainda sobre a matéria, o documento refere que embora o país seja rico em recursos florestais, é necessário que haja uma planificação na sua exploração de maneira a evitar incongruências referentes à fraca capacidade institucional, inflexibilidade da legislação em vigor, fraca capacidade de fiscalização dos serviços florestais e forma incorrecta de gestão dos recursos.

Vilanculos⁹ usando como exemplo, a comunidade de Santaca, fornece as regras que tem sido adoptadas pelas várias comunidades rurais na gestão e maneio dos seus recursos naturais, sendo este o aspecto que o tornou destacável para o nosso trabalho.

O processo de socialização do campo mereceu atenção de vários estudiosos. Embora sem ser nosso objecto particular de estudo, pretendemos estudar alguns aspectos das aldeias comunais, como parte integrante das políticas de desenvolvimento rural, no período pós independência em Moçambique, factor fundamental na distribuição da população e aproveitamento dos recursos naturais.

Araujo¹⁰ a partir de realidades concretas, estudo de casos, mostrou as tendências das transformações espaciais das zonas rurais dentro da política organizacional da população do país no pós independência. Na discussão sobre o assunto realça as aldeias comunais como objecto central da sua análise mencionando, que o processo de aldeamentos em Moçambique implementado logo após a independência, teve origem na luta de libertação nacional, onde houve necessidade de criar formas organizacionais da população, que correspondessem a guerra em curso. Afirma que a FRELIMO, considerando a organização da população rural dispersa (isolada) e insegura, proclamou ser imprescindível colectivizar e associar os camponeses em aldeamentos. Segundo o autor, o processo não foi muitas vezes voluntário nem obedeceu às várias realidades locais distintas em cada região do país. A apreciação leva a crer que, com efeito, a nova distribuição populacional rompeu com vários vínculos, próprios da organização sócio-económica e espacial dispersa, salientando a produção familiar como exemplo. É preponderante esta obra pelo facto

⁹ Vilanculos. Afonso. A Identificação das Regras Tradicionais de Maneio em Uso na Região de Santaca. U. E. M: Departamento de Engenharia Florestal, Maputo, 1998.

¹⁰ Araújo, Manuel G.M. de. O sistema das Aldeias Comunais em Moçambique. Transformações na Organização do Espaço Residencial e Produtivo. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1988. Tese de Doutoramento.

de efectuar uma análise da situação de aldeamentos na Província de Inhambane, além disso, o autor fornece dados interessantes sobre a matéria e a exploração dos recursos naturais.

Casal¹¹ também aprecia as aldeias comunais numa perspectiva de abordagem relativamente diferente da anterior, embora haja entre os dois documentos aspectos similares e relevantes. Ao examinar o espaço rural moçambicano, caracteriza-o de duas formas segundo as sociedades pré-mercantis e mercantis. No primeiro caso o autor refere que entre as sociedades pré-mercantis e o espaço existem vínculos que não podem ser dissociados e, se tal acontece, a sociedade corre o risco de desagregar-se. Enquanto isso, nas sociedades mercantis o caso é diferente, o espaço e os recursos naturais, perdem o valor de uso e adquirem valor de troca e sujeita-se às leis do mercado. Rematando que entre o Estado moçambicano e as comunidades rurais existiu nesse percurso do processo de aldeamentos racionalidades contraditórias, gerando, por isso, confrontos provenientes de resistências que se manifestaram de diferentes formas. O autor estuda o *habitat* rural moçambicano e, exemplifica que, um dos pressupostos para a instalação das aldeias comunais no meio rural, esteve associado ao facto de a população viver de forma dispersa, sendo obstáculo para a construção do socialismo. Nessa ordem de raciocínio observou, que no caso concreto do sul de Moçambique pode-se tomar o *muti*¹² como exemplo, onde este não é apenas um espaço restrito mas nele se desenvolvem actividades económicas tais como: produção, colecta, caça, pesca, pastagem e outras, mas também é um lugar onde existem terras para o cultivo, florestas para os mais diversos fins incluindo a lenha, sua apanha, fontes de água, pastagem, factores estes que garantem a sobrevivência do grupo familiar e constituem as bases para a sua autonomia sócio-económica.

O autor aponta para algumas vantagens do *habitat* disperso rural, referindo que quando o seu equilíbrio ecológico é posto em causa, as unidades domésticas ou se retiram do lugar, ou então encontram outras alternativas, sendo uma delas o desmembramento, reconstituindo as anteriores condições físicas, económicas, sociais, humanas ou outros. Segundo ainda este estudo, em situação de aldeamentos comunais não é possível o reequilíbrio e, quando este acontece, é bastante difícil, para além do

¹¹ Casal 1, Adolfo Yanez. Antropologia e Desenvolvimento: As Aldeias Comunais de Moçambique Lisboa, 1995.

¹² Casal 1, 1995:73 Defini-o como uma unidade sócio espacial de habitação produção e consumo, identificada com um agregado familiar de estrutura poligâmica ou nuclear.

facto de o processo de aldeamentos rurais pós-independência, não ter previsto esta situação. Por estes e por outros aspectos referenciados, a obra de Casal é pertinente para análise dos problemas que afectam o meio rural, neste caso particular as florestas.

A sustentabilidade dos planos de desenvolvimento sócio-económico em qualquer sociedade, estão associados ao sector energético. Em Moçambique, energia doméstica significa lenha para cerca de 80% da população moçambicana, sobretudo rural.¹³

O documento intitulado *Agricultura e Desertificação* (1992),¹⁴ é uma colectânea preponderante para estudos relacionados com os mais diversos recursos naturais. Contém um importante artigo, referente à energia lenhosa, onde o autor analisa a situação dos países em desenvolvimento a sul do Sahara, quanto ao consumo de energia, adianta que as florestas encontram-se ameaçadas pelo derrube indiscriminado de árvores, privando a humanidade, não só da lenha, como também de outros seus derivados, além de se contribuir para a degradação do meio ambiente em geral.

Existe um estudo elaborado pelo Grupo de Trabalho Ambiental¹⁵ comparativamente com a anterior obra, faz um levantamento da situação do sector energético do País, sua procura e oferta, existência de componentes básicos no mercado nacional (fogões a gás, a petróleo e electricidade) afirmando que estes não são fáceis de adquirir, devido ao seu alto custo. O grupo conclui tal como alguns dos documentos analisados durante este estudo que a lenha é neste momento o combustível mais viável para a população rural a nível nacional.

¹³ Tsamba & Soto. *Planeamento Integrado de Energia : Biomassa Lenhosa*. op. Cit 1997: 22.

¹⁴ Mendes Ferrão, J.E *Agricultura e Desertificação*. Lisboa: A. I. J. E / APORJEL, 1992.

¹⁵ *Moçambique Situação Actual do Meio Ambiente*. Ministério para a Coordenação ambiental: Grupo de Trabalho, Maputo, 1990.

Alguns Conceitos : Apreciação

Comunidade

O termo é utilizado nos mais variados ramos do saber científico. Nas ciências sociais é empregue como sinónimo de sociedade, por vezes, organização social, sistema social, unidade local. Os múltiplos utilizadores do termo, abordam-no consoante a problemática do seu interesse. Alguns definem-no por exemplo como sendo um agregado de pessoas funcionalmente relacionadas, que valorizam a consciência existente entre os membros do grupo, destacando a noção de conjunto dentro de um território e época determinadas, com uma cultura própria e dentro de uma estrutura social.¹⁶

Este conceito é no nosso entender, valioso para o nosso estudo pelo facto de *Nhacoongo* ser uma comunidade que pretende defender e conservar os seus recursos florestais em risco de rarefação em certas zonas, possui um território seu que é o regulado de *Nhacoongo* com valores próprios culturais e muito mais. Mas também, se tomarmos em linha de conta de que, após a guerra de desestabilização, o termo ganhou maior dinâmica na reedificação das políticas de desenvolvimento locais onde se salienta o papel das comunidades locais, como sendo grupo de famílias, indivíduos vivendo numa localidade ou espaço inferior, com interesses mútuos, principalmente na salvaguarda dos seus bens, como também na protecção à natureza, zonas culturais, áreas de expansão, etc. Mas, o termo pode ser visto ainda como qualquer agrupamento primário, constituído por participação espontânea e involuntária, com base no sentimento de pertença e destino comum, com certa organização formalizada, sendo a característica mais evidente a do nós.

Conservação com Rendimento Sustentado

A expressão teve o seu início na Silvicultura e, depois, ampliou-se para outras áreas de ciência.

¹⁶ Gilpin, Alan. Dicionário de Termos do Ambiente. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1980: 57.

É o aspecto da conservação que procura a utilização racional dos recursos renováveis, como é o caso da flora que constitui, de certa maneira o nosso objecto de análise. Tendo em vista a sua produtividade permanente. No nosso meio, a expressão tem sido pouco utilizada. Todavia, existem termos similares como é o caso da conservação da natureza ou ainda protecção da natureza para significar, utilização racional dos recursos, de forma suportável, sustentável e inclui recursos naturais renováveis e irrenováveis.¹⁷ Assevera-se-nos ser particularmente destacável no nosso estudo esta expressão porque apela para a correcta gestão dos recursos naturais, em geral, e, em particular, de *Nhacoongo* que a continuar a exploração desordenada que se verificou desde a década de oitenta, então correr-se-á o risco dos recursos naturais esgotarem localmente.

Deflorestamento

A expansão das civilizações tem sido acompanhada pelo uso crescente da flora que, pelo menos até à era industrial, constituía a única fonte de energia.

A partir de então, o uso indiscriminado da floresta, passou a ser preocupação de diversificados grupos. A título de exemplo, no período colonial constituía preocupação dos Serviços Tropicais do Ultramar, perceptível através das leis expressas no uso e aproveitamento dos recursos da Terra e no condicionamento da sua exploração. A nível internacional em 1967 e por intermédio da FAO, foi manifestada, de alguma forma, o interesse em focar o aspecto da deflorestação no seu conjunto e minimizar com acções concretas o problema da falta dos recursos lenhosos.¹⁸ Com a necessidade de alimentos, terras para a agricultura e sobretudo aumento da população mundial, as florestas tornaram-se no principal alvo e o mais fácil, sem esquecer a grande procura de lenha que tem sido uma das principais causas.

Numa situação de pobreza absoluta em que vários países do mundo, sobretudo ao sul do Sahara se encontram, não resta outra alternativa às populações senão o abate, corte de árvores sem reposição provocando, por conseguinte, o deflorestamento.

¹⁷ Gilpin. A, 1980: 59.

¹⁸ Sardinha. Raúl, " A Deflorestação e o Uso de Terra nos Trópicos ", Agricultura e Desertificação, Lisboa, 1992.

Como consequência a terra fica exposta à vários perigos como por exemplo: erosão, infertilidade, chuvas raras, mudança global do clima, além do efeito imediato, privar a população de alimentos, medicamentos, materiais de construção e outros bens derivados das florestas.¹⁹

Perante esta situação, é necessário criar nova cobertura vegetal, o que não tem sido suficiente nem em matéria lenhosa, nem em superfície, pelos abates florestais e degradação do terreno. O uso do conceito afigura-se-nos relevante para o nosso trabalho, porque em *Nhacoongo* apesar de a comunidade local reconhecer a importância da flora para a sua sobrevivência, situação de extrema pobreza em que vive, reconhece ser difícil não devastar a floresta para os diversos fins, sobretudo no tocante à procura de terras para a agricultura. Aliás, este último factor apresenta-se como a principal causa do desflorestamento na zona, para não se falar da necessidade de lenha que diariamente abastecia a cidade de Inhambane e arredores.

Habitat

O termo tem sido usado com frequência nas áreas de geografia, arquitectura, ecologia, planeamento físico e urbanístico e ordenamento territorial.²⁰ Designa o lugar apropriado para a vida de qualquer ser vivo. Pode ser o modo como se distribuem as habitações humanas, seu agrupamento e suas relações próprias.

A pertinência deste termo neste estudo, está relacionado ao facto de que existe uma estreita relação entre os habitantes de qualquer zona, região e o seu meio físico por ser nele onde são realizadas todas as actividades económicas, políticas, social, culturais de um determinado grupo, ou comunidade. Nesta ordem de abordagem, e segundo Casal²¹, o *habitat* tende a ser estudado dentro de uma perspectiva histórica global, tomando em consideração o homem como sujeito do desenvolvimento e todas as suas actividades. Por isso, *Nhacoongo* é o nosso espaço físico como também ecológico, suporte dos recursos naturais em particular : as florestas / lenha.

¹⁹ Mendes Ferrão, J.E. "Erosão Natural e Acelerada", *Agricultura e Desertificação*. (1992: 112); Mendes Ferrão, J. E. "A Desertificação integrada na Conservação dos recursos Naturais, na Poluição e na Produção de Alimentos,(1992: 18).

²⁰ *Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto: Editora Porto, 6ª Edição, 1989 ; Casal,(1995: 19/ 21).

²¹ Casal 1, 1988:

Lenha

É um derivado de árvores. Nome genérico de madeira, usada na combustão. Pode significar varas não transformadas em carvão vegetal. O termo tem sido largamente usado como sinónimo de combustível lenhoso, biomassa lenhosa e energia lenhosa por diversos investigadores.²²

Meio Ambiente

A expressão tem sido largamente utilizada em variados estudos, motivados pelos graves problemas ambientais da actualidade e relacionadas com o incorrecto uso dos recursos naturais.²³ Para designar tudo o que nos rodeia, incluindo o homem; aspectos físico (clima, solo, floresta, etc.); aspectos orgânicos (matéria orgânica e os seres vivos, aspectos químicos, e os aspectos exteriores aos seres vivos).²⁴ Mas pode significar espaço, sistema de relações muito complexas, entre os seres vivos e as forças que condicionam a sua vida. Não é estático e está em constante mudança, onde existe interacção entre os elementos naturais, sociais e culturais. São vários os meios ambientes, mas o dos Homens, é o mais complexo, por causa da interacção do homem através de tecnologias, cultura e outros aspectos, verificando-se uma fusão entre ambiente e civilização. Por estes conceitos, conclui-se que todos os seres vivos têm o seu ambiente e dependem dele, exercendo menor ou maior influência. É neste contexto que julgamos a expressão de crucial importância para o nosso trabalho, na medida em que é necessário conservar o meio ambiente local, para que não se criem desequilíbrios ambientais em *Nhacoongo*

²² Tsamba & Soto, op.cit.

²³ G.T.A. 1990: op.cit.; G.T.A. 1996:

Participação Social ou Comunitária

É uma actividade organizada por um grupo social, comunidade ou sociedade com o objectivo de expressar as suas iniciativas e defesa de valores comuns; ou alcançar a nível económico, social, político a influência e melhoria na tomada de decisões e qualidade de vida da comunidade.²⁵

No país, o termo tem sido usado por vários estudiosos²⁶, para designar participação comunitária dentro da perspectiva de redefinição das várias políticas de desenvolvimento sócio-económicos onde se pressupõe a participação das comunidades locais na gestão dos seus recursos naturais. E que a sustentabilidade económica, torna-se inviável se não for acompanhada pela participação da comunidade ou sociedade.

Assim, a participação na gestão dos recursos não deve ser individualizada. Este termo é bastante útil para a análise do tema em estudo porque apresenta a componente de grupo, comunidade, e nós temos *Nhacoongo* como tal.

Recursos Florestais

É tudo quanto a flora oferece gratuitamente. A lenha é um dos derivados das florestas, para além das essências medicinais, matérias primas diversas para as indústrias, alimentos variados, fertilizantes, madeira, etc. No nosso trabalho, o termo é evocado tanto para designar um dos seus derivados que é a lenha, como também para nos referirmos à disponibilidade em termos de plantas vivas existentes.

²⁴ Gilpin, 1980:19.

²⁵ Vocabulário Básico de Meio Ambiente, s/a, s/d: 152.

²⁶ Vocabulário Básico de Meio Ambiente, op.cit.

CAPÍTULO II

2 DESCRIÇÃO DO LUGAR, *NHACOONGO*

Introdução

O presente capítulo pretende caracterizar a zona em estudo, *Nhacoongo*, sua população, condições naturais, actividades económicas, aspectos políticos administrativos e as políticas governamentais implementadas a nível local. Constituem objectivos deste capítulo a análise das actividades económicas e sua relação com a disponibilidade dos recursos naturais, suporte para o desenvolvimento dessas actividades, compreender a inserção do passado e presente da comunidade na sociedade em geral.

1 Situação Geográfica, Limites e Superfície

Para entender *Nhacoongo* é necessário integrá-lo num quadro vasto, histórico, geográfico e cultural. Sendo assim, encontramos-lo localizado a Sul de Moçambique, Província de Inhambane, Distrito de Inharrime, localidade de Dongane. É um regulado atravessado pela estrada nacional nº1, e pela linha férrea Inharrime-Inhambane, actualmente, em estado inoperacional. Constituído de várias povoações como : Macunguela, Cuaguana, Zuanda, Diahé, Farrau, Nhagumando, Matimbe, Nhapalo, Tungula, Chingondo, Chicolene, Queletane, Senganene, Tepuete, Congo, Massuahe, Mafassane, Chitande, Calanhane, e Cambula, que totalizam a superfície de *Nhacoongo* em 168 km²²⁸

O regulado tem como limites, as terras de Nharriluga, de Cumbana e no litoral é banhado pelo oceano Índico.

Em 1931, pela Portaria 1359 de 27 de Junho, foi criada uma povoação com o nome de *Nhacoongo*, dentro do regulado onde foi construída uma estação dos C.F.M delegação de Inhambane e alguns estabelecimentos comerciais.

²⁸ Silva, Raúl dos Santos Delgado e. Relatório da Administração da Circunscrição de Inharrime. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, Anexo, 1969: 138.

2 Condições Naturais

O clima da zona em estudo *Nhacoongo*, é semelhante, regra geral, ao do sul de Moçambique. É tropical, com a particularidade de ser bastante quente, com prolongados períodos de seca nos meses de Abril à Outubro, precipitações muito baixas que atingem os 12 milímetros. A época das chuvas é de Novembro à Março, e as temperaturas mais baixas manifestam-se mais de Junho à Agosto, sendo as mais altas entre os meses de Dezembro à Janeiro. As temperaturas oscilam entre os 20 aos 22°C.²⁸

Os solos

São na sua maioria pobres em matéria orgânica e potássio, argilosos com uma pequena extensão de terrenos aluvionares pretos e pesados, os chamados *machongos*.

Apesar disso, existe terra suficiente para toda a comunidade e, por isso, são poucos os conflitos à volta do aproveitamento e posse, a nível local como também em todo o distrito de Inharrime.

Cursos de Água

Em Inharrime existem vários cursos de água. Porém, a lagoa de Dongane é a única corrente de água doce que margina o regulado de *Nhacoongo*, enquanto na zona costeira uma porção do oceano Indico banha a região baixa do território. Tanto um como outro, oferecem aos seus habitantes diversos recursos hídricos, água doce para os mais variados fins, produtos pesqueiros que completam a alimentação quotidiana local, além do sal, extraído do mar.

Importa referir que a água tem sido preocupação muito grande em todo o distrito, obrigando as suas populações a percorrerem grandes distâncias, embora hajam

²⁸ Silva, 1969: 15. Convém explicar que os dados climáticos apresentados, embora generalizados para todo o distrito de Inharrime, foram confirmados por Francisco Bata funcionário do posto agrónomico de Nhacoongo; Entrevista: 12 / 12 / 1998.

alguns furos e fontenárias construídas no período colonial em estado obsoleto e outras reabilitadas por algumas O.N.Gs.²⁹

Flora e Fauna

Nhacoongo é caracterizado por florestas de baixa altitude aberta e medianamente aberta e fechada; com poucas manchas de vegetação e zonas de agricultura com pousio de pouca duração. A flora é ainda caracterizada por diversas aberturas, apresentando por vezes solo sem algum tipo de vegetação em alguns campos agrícolas. Este tipo de floresta de entre a existente na região, é a mais modificada pelas actividades humanas demonstrando, por isso, ser uma floresta fragmentada, com algumas descontinuidades e uma cobertura vegetal arbustiva do tipo corôa.³⁰

Em termos de espécies vegetais, existem a nível local vários arbustos e arbórias, com poucos núcleos de essências, algumas espécies de valor económico, mas pouco representadas, (chanfutas, jambire, umbila, mecrusse, sândalo e tule). O cajueiro em todas as povoações e o coqueiro em todo o litoral. É nas espécies arbustivas e arbórias que a população local encontra diversos materiais de construção, essências medicinais e lenha. Além destas, existem outras tais como jambuleiras, mafurreiras, amoreiras, massaleiras, tiguindos, diversificadas árvores de fruta (laranjeiras, papaeiras, ananzais, mangueiras, bananeiras, além de diversificadas frutos silvestres) .³¹

No tocante às espécies vegetais aproveitadas para o combustível lenhoso, a população local e dos arredores aprecia mais, incluindo até a da cidade de Inhambane, a missassa (m'tamba) com o nome científico: "Brachystegia Spicalformis". De notar que, devido ao intenso desmatamento, esta espécie que já foi bem representativa a nível local, encontra-se actualmente escassa, excluindo apenas as zonas do baixo *Nhacoongo* na regedoria do regulado e em Cuaguana, zona impenetrável devido ao estado degradável das vias de comunicação dessa região.

²⁹ Perfis de desenvolvimento distritais, distrito de Inharrime: Província de Inhambane, ACNUR/PNUD, Maputo, 1997: 4.

³⁰ Saket. M, Taquidir. M, Banze. M. Methodology and results of the forestry vegetation mapping at : Maputo: MAP:1995,1:250. 000.

³¹ Silva, opcit, (1969 : 24).

Entretanto, há um facto que merece também ser referenciado e que está relacionado com a política de reflorestamento na zona. Sobre a matéria, importa destacar que os C.F.M de Inhambane criaram uma área extensa de plantação de *eucalyptus*, desde *Nhacoongo* até Chongola, com o objectivo de garantir o abastecimento das suas locomotivas. Contudo, devido as acções armadas da RENAMO, a linha férrea tornou-se intransitável e muitas das locomotivas foram destruídas. Esta situação criou o abandono total dessas matas e ausência de manutenção.³²

3 Povo, Origem e Expansão

As tradições orais mais antigas apontam que a maior parte da população do regulado de *Nhacoongo*, teve a sua origem no povo Zulu, designado “Cumbane,” tongas, vindos da Zululândia, actual África do Sul na montanha de Vecka, e chamavam-se “Cumaio.” À sua chegada, encontraram o povo “Gove”, donos das terras aos quais expropriaram algumas das suas terras para nelas se fixarem. De entre as várias actividades económicas desses dois povos a caça era uma das mais destacáveis. Foi durante uma caçada entre os dois grupos, que os Gove, não tendo nenhum objecto cortante para dividir o produto final da caça, por sinal um elefante, que os representantes do povo Cumaio cederam aos representantes do outro grupo uma faca, recebendo em troca e no acto da distribuição a cabeça do animal, uma perna e ainda o direito de se fixar no território do povo Gove.³³

A partir de então iniciaram a expansão pelo território e regiões circunvizinhas. Os dois povos cruzaram-se ao longo do tempo e actualmente é difícil dizer qual o povo mais representativo, sabendo-se apenas que existem em *Nhacoongo*, três grandes grupos étnicos tais como: Bitongas, Chopes e Shitwas.³⁴ Mas, além destes e com o processo de aldeias comunais há outros grupos étnicos embora pouco representativos, Macuas, Macondes antigos combatentes, residentes na aldeia de Mafassane.³⁵ A

³² Mário, João. Entrevista: cidade de Inhambane. C.F.M Secção de Vias e Obras, 20 / 12/ 1997. Sobre este assunto, constam dos anexos do trabalho mais detalhes, através de um documento que conseguimos extrair, na referida instituição.

³³ Silva, R.R. dos Santos Delgado e 1969, opcit: Anexo, 138.

³⁴ Sequeira, R Lopes. *Monografia dos indígenas da circunscrição de Inharrim*. Mossuril, (1956: 2).

³⁵ Mafassane é parte integrante do regulado de nhacoongo.

fixação da comunidade local esteve extremamente associada aos recursos naturais existentes.

4 Estrutura Sócio- Político e Administrativa

Poucos são os escritos sobre a matéria mas, podemos constatar através das leituras, que a população de *Nhocoongo* encontrava-se organizada em povoações e vivia dispersa pelo território, dirigidas cada uma delas por uma chefe, normalmente descendente do clã regedor. As povoações além de serem entidades sociais, são também políticas e administrativas. Eram cerca de trinta e sete povoações, no período colonial.³⁶ Actualmente, devido à falta de informação actualizada, é difícil precisar o número de povoações existentes, sabendo-se apenas que não se observaram grandes alterações em relação à anterior organização.

As povoações apresentavam-se em duas formas principais, circulares e rectangulares. Tanto umas como as outras eram habitadas, na sua maioria por Chopes e Bitongas. As circulares diferenciavam-se das rectangulares pelo tamanho, configuração, quantidade. Entretanto os dois tipos são rodeados por matas “flora diversa” sempre acompanhados de mandiocas que é a cultura mais predominante não só em toda a região, como em todo o Distrito.³⁷

Tanto os chefes das povoações como os chefes do regulado têm origem no trono regedor Cumbane, sendo a família mais próxima a da linhagem patrilinear, onde, os filhos, netos e bisnetos homens, eram susceptíveis de serem chefes e herdeiros directos do turno, seguindo apenas o regime de sucessão interna do grupo, que se processa da seguinte ordem: regedor reinante, que em caso de morte ou incapacidade é substituído pelo seu irmão segundo a idade, seguido este pelos filhos do irmão mais velho, seguido pelo segundo irmão, desde o mais velho até o mais novo e assim sucessivamente.³⁸

³⁶ Cabral, A, 1910 : opcit : 75.

³⁷ Xavier, Caldas. Op. cit.

Sucessão e Ascendência no Regulado de *Nhacoongo*.

Nhacoongo -----1859 (ano)
 Jeque (Filho do primeiro)
 Mairrane (Filho do segundo)
 Mafoéla (irmão do anterior)
 Malemane (sobrinho de Mafoéla)
 Guicupela (irmão de Malemane)
 Nhamune (irmão de Guicupela)
 Vungane (irmão de Nhaniune)-----1910 (Ano)

Estes dados foram colhidos de Cabral 1910: 51.

Não encontramos dados muito precisos sobre estes régulos. A estrutura da ascensão do regulado, apresenta-se da seguinte forma: Régulo *Nhacoongo* que foi o primeiro régulo e prestou vassalagem aos portugueses em 1859. Os seus antepassados tinham sido avassalados do régulo Cumbane. Depois deste, seguiu-se o seu filho Jeque, depois Mairrane, Mafoela, Malemane, Guicupela, Nhamunene, Vungane este em 1910, altura em que Augusto Cabral, passou pelo regulado. Em 1969, aquando da inspecção à administração de Inharrime, o régulo era Chitoquiluane e actualmente é Muloliciana Phaiphi Cumbane. De notar que todos estes régulos fazem parte do clã regedor Cumbane, encontrando-se representados alguns membros da família Gove.³⁹

A regedoria de *Nhacoongo*, encontra-se localizada na zona baixa denominada Cuaguana, desde o período colonial. Nessa altura o régulo, era a autoridade máxima do lugar, da regedoria e dos cabados; existindo nomeadamente os seguintes cabos: Congy, Macunguela, Cuaguana, Cambula, Chingonete, Tepuete, Chilatane, Matimbi, Bangalati e Pembe. Eram onze no total.

Após a independência do país e com a nova divisão política, territorial e administrativa em 1986, a estrutura do regulado foi abolida, passando a contar apenas com três cabados: em Mafassane dirigido por (Khophe Cumbane), em Cuaguana (Sete H. Dosse) e por último em Macunguela (Selentane Cumbane Gungane). Cada cabo rege alguns "manganacanas". As funções e tarefas de cada líder do regulado obedeciam a hierarquia estabelecida. Desta forma, o régulo dirige todo o regulado,

³⁸ Silva, Raúl. Anexo: 138.

³⁹ Silva, (1969: 138); Cabral. (1910: 51); Entrevista: Cumbane, Muloliciane Phaiphi. (Régulo de *Nhacoongo* actual): 6/ 12/ 1997.

cada cabo dirige um certo grupo de povoações e os "Ganacanas" dirigem os vários grupos de famílias.⁴⁰ Esta organização diz respeito a poder "tradicional" local.

Quanto ao poder e autoridade oficial, após a independência foram criados alguns grupos dinamizadores ao nível local, células e círculos do partido FRELIMO, para substituir a autoridade tradicional. Mas segundo o administrador do Distrito de Inharrime,⁴¹ a autoridade tradicional sempre existiu e com influência forte sobre a população de *Nhacoongo* e, muitas vezes, os Grupos Dinamizadores tiveram sérias dificuldades em resolver algumas questões sem a intervenção da autoridade local. Por isso, o régulo líderes religiosos e líderes oficiais do Governo têm desempenhado um papel importante na resolução de várias questões no regulado.

5 Análise de Algumas Políticas de Desenvolvimento e a Sua Relação com a Economia Local

A análise da situação económica de *Nhacoongo* envolve aspectos sobre a migração, políticas de desenvolvimento, condições climáticas e guerra de desestabilização que se desenrolou desde 1980 até 1992.

No tocante ao processo da migração importa referir que o seu início na zona está datado do período anterior à penetração portuguesa em Moçambique. Todavia, foi a partir de 1895, com a queda do Estado de Gaza e com o início da exploração das minas de ouro e diamantes sul africanos e rodesianos, que o trabalho migratório, se desenvolveu bastante em todo o sul de Moçambique. Nessa ordem de acontecimentos, e segundo Reis (1944),⁴² os homens em idade activa do sul de Moçambique preferiam o trabalho das minas. Adianta ainda que alguns deles em vez de irem para o estrangeiro optavam pelas grandes cidades, na altura, Lourenço Marques, Beira, João Belo e Inhambane.

A actividade agrícola nas zonas rurais de Moçambique ainda contempla a divisão segundo o sexo e a idade, cabendo a cada grupo um determinado número de tarefas. Aos homens cabia a caça, na agricultura a destronca, sacha, desbravamento de

⁴⁰ Cumbane, Mulolichane Phaiphi: Entrevista: opcit: 20/12/97.

⁴¹ Guambe, Jaime Abrahamo. Entrevista: Administração de Inharrime, 18/12/97.

⁴² Reis, Raúl Cândido. Relatório á Inspenção Ordinaria do Distrito de Inhambane, Caixa 30, (1944 :32)

florestas e outras tarefas; à mulher cabia a colheita, o cuidado sobre os filhos e família em geral, pequenas sachas, apanha da lenha. Ora, com a ausência do homem as actividades económicas ficavam prejudicadas, sobretudo nessas operações e na produção de alimentos. Importa referir pois que o desenvolvimento da agricultura a nível local esteve extremamente ligado ao problema da migração. Em *Nhacoongo* concretamente, com receio do serviço militar colonial, imposto de palhota, procura de valores monetários para pagar o *lobolo*, fuga ao crime e outros aspectos, o nativo, emigrava, deixando para trás a família sob a responsabilidade da mulher e terras por cultivar além de outras actividades do quotidiano local. Regressado das minas, muitas vezes o homem encontrava-se cansado, sem forças para o trabalho, envelhecido, com doenças e mais uma vez a família e a mulher tinham que aguentar com essa situação.⁴³

O trabalho migratório continua presentemente mas noutros moldes diferentes, existindo em *Nhacoongo* um número considerável de desempregados, na sua maioria ex-mineiros.

Após a segunda guerra mundial, Portugal redefiniu as suas estratégias, quanto às políticas de desenvolvimento rural nas colónias. Estas foram transformados em focos de extracção de matérias primas para a metrópole, em troca recebiam produtos manufacturados de baixa qualidade. Culturas como o algodão e o arroz, que já vinham sendo praticadas a nível rural em algumas partes do país, foram generalizadas e ganharam um carácter obrigatório.⁴⁴ Em *Nhacoongo*, as actividades concessionárias do Instituto de Algodão de Mutamba e o posto agronómico, desempenharam um papel crucial na sensibilização da população local. Para o cultivo do algodão em troca de alguns valores monetários, só que o trabalho do algodão era mal pago, não só a nível local, como em todo o território nacional.

Associada ainda à política de desenvolvimento rural encontrava-se a gestão de terras. As melhores terras no período colonial encontravam-se nas mãos dos “europeus, asiáticos e mistos...” que se intitulavam agricultores, apesar de possuírem extensas propriedades, com as melhores terras, não as trabalhavam mas também não deixavam que os camponeses nativos o fizessem.⁴⁵

⁴³ Reis, 1944. *opcit.*: 32.

⁴⁴ Nesse processo foram utilizados métodos violentos para com o campesinato, capatazes, sipaios, usaram diversas formas de tortura, para conseguir aumentar a produção nessas culturas.

⁴⁵ Reis, *opcit.* (1944 18).

Em *Nhacoongo*, durante o período da obrigatoriedade das culturas de rendimentos (algodão e arroz), os camponeses ficaram, durante muito tempo, sem acesso as terras na zona planáltica e nos *machongos*, zonas reservadas a essas culturas.

Embora os camponeses as cultivassem, o produto final devia ser vendido às entidades concessionárias a preços baixos, privando-os de cultivar culturas de subsistência para a sua alimentação. Por outro lado, extensas áreas com aptidão florestal foram subcultivadas a critério meramente extractivas, destronca extensiva, plantio de culturas industriais, sem cumprir com métodos adequados, destruindo extensas florestas e a sua cobertura, e retardando o desenvolvimento florestal.⁴⁶ Foi nessa altura que em *Nhacoongo*, a administração colonial em coordenação com os CFM -Inhambane, criou o plantio de árvores com cerca de 30 km de extensão de *eucalyptus*, com o objectivo de abastecer as locomotivas dessa empresa. Essas terras não podiam ser cultivadas, e só após a independência é que os camponeses puderam fazê-lo.⁴⁷

O único grande objectivo que estava por detrás desta atitude de forçar os camponeses a praticar as culturas de rendimento, era o de fornecer à administração colonial receita, o reforço do orçamento colonial que já em si era débil. Essa situação, culminou com inúmeras manifestações no campo caracterizadas por revoltas dos camponeses. Porém, em 1962, com a formação da FRELIMO, a situação tomou novos contornos que culminaram com a luta armada de libertação nacional, seguido do período de transição. Em 1974, aquando da tomada do poder pela FRELIMO, a economia encontrava-se completamente desorganizada, vários quadros técnicos coloniais tinham sabotado e abandonado o sector agrário. Por exemplo, na área de produção, as serrações foram abandonadas, algumas das suas infra-estruturas danificadas pelos técnicos de exploração e manutenção florestal, provocando consequentemente uma reduzida capacidade produtiva.⁴⁸

Em 1975, o país tornou-se independente, novas políticas de desenvolvimento foram traçadas, e um dos passos mais importantes a nacionalização da terra e seus recursos, do solo e do subsolo, sendo o Estado o principal gestor.

⁴⁶ Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural na República de Moçambique. Ministério da Agricultura: Documento Preparado para a Conferência Mundial Sobre a Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, Maputo: C.E.A/ U.E. M, (1978: 16).

⁴⁷ Macie, Samuel. Entrevista: C.F.M/ Inhambane: 1/12/ 1997.

⁴⁸ Reforma Agraria em Moçambique e Desenvolvimento Rural na República Popular de Moçambique, opcit: 34.

Através de directivas socio-económicas do 3º Congresso em 1977, foi traçada a estratégia de desenvolvimento para o sector rural com base na experiência da luta armada.⁴⁹

Neste contexto, o isolamento, a dispersão dos camponeses e o atraso tecnológico, foram considerados factores que determinaram no período colonial a fraca capacidade produtiva. Por isso, assumiu-se que era necessário organizar os camponeses em aldeias comunais. Aliás, estas palavras estão inseridas na seguinte declaração de Samora Machel "A organização dos camponeses em comunidades rurais é essencial para o desenvolvimento da vida colectiva no campo e para a criação de condições necessárias à socialização da agricultura."⁵⁰ Em termos teóricos, estavam criadas as condições necessárias para a socialização das zonas rurais em moldes colectivos, no país.

Um dos pressupostos para a implementação das aldeias comunais em Moçambique, foi o de que o *habitat* rural moçambicano era disperso.⁵¹ O grau de dispersão das populações rurais tem muito que ver com o tipo de recursos naturais (água, solos, florestas etc.), que cada agregado familiar pode ter acesso, sem por em risco a sua regeneração e a própria sobrevivência do grupo familiar utilizando, por isso, formas de maneio e de gestão própria, transmitidas geralmente de geração para geração. A ocupação do meio físico e habitacional e o aproveitamento dos recursos naturais, são realizadas de acordo com os padrões de rendimento, técnico de exploração agrícola, pastoril, na caça, pesca, construção habitacional, colecta de frutos, mel, lenha e outros bens, permitindo ao homem uma relação estreita entre ele e a natureza. A terra tem de ser extensa para satisfazer as necessidades do grupo com

⁴⁹ FRELIMO. Directivas Económicas e Sociais. Documentos do 3º Congresso da FRELIMO. Publicações do Departamento do Trabalho Ideológico da FRELIMO. (S/D:).

⁵⁰ FRELIMO. Directivas Económicas e Sociais. Documentos do 3º Congresso da FRELIMO. Publicações do Departamento do Trabalho Ideológico da FRELIMO. S/D : 124.

⁵¹ A dispersão da população moçambicana e a sua distribuição é reflexo do domínio da agricultura empresarial colonial que apostou nesse processo. Os camponeses nativos das suas melhores terras, por um lado e por outro alguns membros do campesinato as suas machambas familiares a volta desses domínios, vivendo de forma dispersa e irregular, interropidas por algumas manchas de povoamentos densamente povoadas. Araujo, Manuel. G. M1. O Sistema de aldeia comunais em Moçambique. Transformação na Organização do Espaço Residencial e Produtivo. Tese de Doutoramento em Geografia Humana, apresentada Faculdade de Leras da Universidade de Lisboa: (1988:306).

espaços amplos onde existem recursos naturais para cada grupo e zonas para a produção familiar.⁵²

O processo de aldeamento comunal do pós- independência em Moçambique em primeiro, rompeu em primeiro lugar com a forma de distribuição típica das zonas rurais, em ambientes dispersos e irregulares, e em segundo lugar alterou o sistema de produção familiar, reduzindo as terras de cultivo familiar por unidade e todo um sistema de equilíbrio pré-existente, associado à forma de produção e de consumo. Pois, numa situação de povoamento disperso, as comunidades rurais procuram aproveitar o máximo dos recursos naturais, tendo em conta a capacidade produtiva de cada comunidade procurando ao mesmo tempo o equilíbrio entre esses recursos e a necessidade de consumo.⁵³

No que diz respeito às florestas, num *habitat* disperso, eles desempenham as mais variadas funções. Constituem uma inesgotável fonte de alimentação ao fornecerem fruta, tubérculos, verduras, animais, fonte social em medicamentos e combustíveis lenhosos, além de protegem o ambiente local de uma forma geral e particular a agricultura. O seu papel torna-se maior em épocas de crise agrícola e intempéries constantes que têm caracterizado o sul do país e no nosso caso particular de *Nhacoongo*.

Num processo de aldeamentos comunais como foi o caso do nosso País, as estratégias de reequilíbrio ecológico e produtivo não são fáceis. Enquanto que em situação de *habitat* disperso, se tal acontece, as comunidades rurais ou se deslocam, ou então se desmembram, reconstituindo num outro lugar as suas anteriores condições físicas, sociais, económicas e culturais; nas aldeias comunais, essa estratégia de reequilíbrio não é possível, nem sequer foi prevista.⁵⁴ Além de que o risco de rarefacção dos recursos naturais torna-se maior e a sua disponibilidade reduzida, relativamente aos níveis de concentração populacional.

Tal aconteceu em *Nhacoongo*, onde em 1981, foi constituída a aldeia comunal de Mafassane, agregando antigos combatentes provenientes de várias zonas do país

⁵² Casal, Adolfo Janez. Antropologia e Desenvolvimento: As Aldeias Comunais de Moçambique. Lisboa: Ministério da Ciência e da Tecnologia\ Instituto de Investigação científica tropical. (1996 : 73).

⁵³ Casal.A.J1, (1996:187).

⁵⁴ Casal 1, opcit : (1996 81/ 181).

mas incluindo alguns membros da população local.⁵⁵ Para a construção das habitações da aldeia, foi necessário material local paus, estacas, capim e até areia, todos esses materiais foram retirados das florestas de Mafassane, para além de combustíveis lenhosos. É certo que os aldeões, segundo podemos constatar durante o trabalho de campo, afirmaram não terem sido os únicos utilizadores dos produtos florestais dessa zona, mas a sua influência sobre os recursos na zona também não foi nula. Actualmente a comunidade local vê-se obrigada a percorrer grandes distâncias a procura de matéria lenhosa, e em regra, fora de Mafassane.⁵⁶

Todavia existem dois factores que não devem ser negligenciados e que contribuem para agregar as populações em aldeias comunais a nível local, são a guerra que só terminou em 1992 e a seca. A este propósito, Araújo afirma que se a guerra destruiu, ela serviu como catálise associada à seca que afectou a Província. Em jeito de confirmar esta asserção, ele apresenta alguns dados estatísticos que passo a transcrever. Entre 1980/82, existiam um total de 42 aldeias comunais, tendo crescido entre os anos de 1985/86, cerca de duas vezes e meia, a população cresceu cinco vezes mais e o número de aldeias também. Porém, de 1982 a 1984, o número reduziu para a metade, isto, devido às acções armadas da RENAMO que destruíram 21 aldeias das 42 então existentes, além de outras que foram abandonadas.⁵⁷ Por isso, e tendente a colmatar a situação, a população juntou-se em centros de recuperação, reabilitando as aldeias pré-existentes ou formando outras, com o objectivo de receber auxílio necessário do governo. O autor analisa a relação recursos naturais e população, afirmando que em algumas aldeias a relação população e recurso não parece melhor, registando-se já desequilíbrios que tendem a agravar-se.

Em *Nhacoongo*, a estratégia encontrada no período de guerra foi a de refugiarem-se em Mafassane, onde existia uma guarnição militar e os “grupos armados” tinham receio de atacar. Durante o dia, numa situação de aparente calma a comunidade dividia-se, alguns membros permaneciam no local e ao fim da tarde dirigiam-se para Mafassane. Para o melhor controle da situação de guerra, abatiam

⁵⁵ Mutajuwa, Atanázio Chavier E. Entrevista na aldeia comunal de Mafassane: 9/ 4/ 1998. “ Quando cheguei a esta zona de Mafassane, haviam muitas árvores, muito capim, a floresta era muito densa, não havia gente aqui, e nós que viemos eramos 47 pessoas, vinhamos da Zamézia, Niassa e Cabo Delgado, começamos a desbravar a flora para construir as nossas casas e obter lenha.”

⁵⁶ Mais detalhes sobre esta matéria no capítulo central desta pesquisa.

⁵⁷ Araújo, Manuel G M. del, op.cit: (1988: 294).

árvores. Esta afirmação encontra vasão nas palavras de um dos membros da comunidade local, quando a dado passo afirmou: "Nós abatemos muitas árvores, principalmente as maiores para podermos ver o inimigo e reforçar o nosso sistema de segurança."⁵⁸

O uso intensivo e indiscriminado das árvores a nível local pela comunidade de Mafassane e de outras regiões próximas que se encontravam em situação de deslocados, provocou a destruição de florestas a diversos graus, desgaste e esgotamento, além de desertificação que já se regista em outras zonas de Mafassane.⁵⁹

O problema de seca, agravado pela fraca pluviosidade, solos pobres e condições climáticas no geral pouco favoráveis também afectaram o desenvolvimento comunitário da zona. A nível da agricultura, por exemplo, o longo período de estiagem tem contribuído para que em toda a região, mesmo antes da independência, a população local optasse pelo cultivo extensivo da mandioca e outro tipo de culturas resistentes às intempéries, matérias a serem analisadas seguidamente no subcapítulo das actividades económicas.

6 Estrutura da Ecomomia de *Nhacoongo*.

Como em todo o distrito de Inharrime, a **agricultura** é a base de todas outras actividades económicas. Fornece produtos básicos para a alimentação, matérias primas para as pequenas indústrias locais, tais como a carpintaria, cestaria e artesanato. Fornece ainda, combustível lenhoso (lenha e carvão) e sustenta a actividade comercial. Em termos de participação da população activa, ela ocupa o primeiro lugar com cerca de 95%.

São várias as culturas praticadas localmente, sendo a mais representativa de todas a mandioca, cultivada por quase toda as famílias. A sua raiz, a mandioca constitui para os habitantes da zona, óptimo suplemento alimentar com ele fazem a chiguiinha.⁶⁰ Dela também se produz a farinha de mandioca e com as folhas confecciona-se a matapa⁶¹

⁵⁸ Cumbane, Entrevista, 1/ 6/1998.

⁵⁹ Consultar anexo 2: fotografia, sobre a vegetação local: aldeia de Mafassane. A imagem ilustra além do tipo de habitação, a tamba pouco representada e árvores de frutas.

⁶⁰ Chiguiinha- Prato confeccionado à base de mandioca, verdura cacana, folhas de feijão nhemba, jugo,

A mandioca, juntamente com o milho, feijão nhemba, feijão jugo, amendoim, encontram-se no grupo das culturas anuais da região. Existem no entanto várias outras culturas destacáveis, como a Mexoeira, arroz (embora em pequenas quantidades), tabaco, hortícolas, árvores de fruta diversas, citrinos (laranjeiras, tanjerineiras, limoeiros, ananaseiros, cajueiros, mafureiras, jambuleiras. O coqueiro encontra-se representado na costa em alguns povoações como a zona baixa de *Nhacoongo*. Nos *machongos* cultiva-se a cana de açúcar, batata doce, hortícolas e bananeiras.

Importa mencionar alguns aspectos importantes ligados à actividade agrícola. A pobreza dos solos, as pragas de gafanhotos que afectam sobretudo a zona de Mafassane, e a fraca pluviosidade, têm afectado a actividade de forma negativa. Outro factor que agrava a situação débil dos solos, é o uso abusivo das queimadas para a limpeza dos campos. A propósito Cabral, teria afirmado que “os camponeses não se limitam a extensão de terreno que pretendem cultivar, assim, sucede que, para cultivarem meio hectare, ardem dezenas de hectares de floresta.” De facto nós pudemos constatar isto durante o trabalho de investigação no terreno, que em todas as povoações, verificam constatemente queimadas descontroladas.⁶²

Além destes aspectos importa realçar que existe em *Nhacoongo* um posto agronómico criado durante a administração colonial, como estação experimental, com o objectivo de testar ou efectuar os ensaios às diversas culturas locais de modo a apurarem os níveis de produção e melhorar as culturas e sua densidade. Após a independência os técnicos aí existentes abandonaram o local e o posto ficou sob responsabilidade do senhor Manuel Gogeia até 1995. Actualmente o posto foi reabilitado pelo Banco Mundial, tem um tractor e outras infra-estruturas que podem auxiliar à população no melhor rendimento agrícola. Convém mencionar que na prática, embora de extrema utilidade, o posto não tem servido a população local como devia ser⁶³

Outras actividades económicas são a caça de animais diversos na zona baixa do território, onde existe uma mata; a pesca na lagoa de Dongane e na região costeira (

coco, amendoim ou feijões e milho.

⁶¹ Matapada - alimento produzido a base de folha de mandioca pilada (matapa), coco amendoim e mariscos.

⁶² Durante o trabalho de campo pudemos constatar que a prática das queimadas é constante motivados segundo os “hototenes”, pela falta de utensílios de trabalho, o afugentar dos animais ferroses, além de estrumar à terra.

⁶³ Entrevista, 5/5/1998 - Anónimos- o posto pelo menos para nós não têm rendimento.

parte do oceano Indico), **pastorícia** de Galináceos, cabritos, suínos. O gado bovino encontra-se em pequenas quantidades.

Para além da agricultura, o **comércio** é outra actividade preponderante. Está fortemente associado à actividade agrícola e às culturas alimentares, que além de serem utilizadas para o consumo, os habitantes da região vendem parte dessas culturas. Principalmente a mandioca, feijão nhemba, a farinha de mandioca, produtos de pesca, (geralmente secos, pois não existe nenhum sistema de refrigeração a nível da zona), carne de caça, venda de aves, bebidas tradicionais fabricadas localmente, produtos artesanais, coco, frutas e lenha.

Importa referir que a comercialização da lenha tem papel importante para muitas famílias pobres que vivem à base da sua comercialização.

As famílias mais estáveis vendem produtos que chegam da família que se encontra nas minas sul africanas. Cada família tem mais de duas fontes de rendimento, em média.⁶⁴ E fazem parte das estratégias de sobrevivência a produção agrícola, consumo de plantas, frutos silvestres e o trabalho em troca de alimentos.

Neste capítulo pode se concluir que a agricultura foi e continua sendo o sector mais preponderante da economia da zona em estudo, porém o prolongado período de estiagem, a guerra, as políticas de desenvolvimento sócio-económicas implementadas no período pós independência contribuíram para agravar a situação deficitária que já vivia essa comunidade. Por isso, após a assinatura do acordo geral de paz, a comunidade local na tentativa de sair dessa crise, desbravou muitas florestas para a prática agrícola contribuindo deste modo para a degradação do meio ambiente local.

⁶⁴ Perfis de Desenvolvimento: Distrito de Inharrime: PNUD/ MISAU, 1997. dados fornecidos por tabela referente as características sócio- económicas das famílias, de rendimentos diversos e fontes de alimentos de Inharrime.

CAPÍTULO III

CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E O USO DE VÁRIOS TIPOS DE ENERGIA NA CIDADE DE INHAMBANE

Introdução

Dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, indicam que a população de Moçambique tende a aumentar, sendo actualmente correspondente a 18 milhões de habitantes. A população da cidade de Inhambane tal como de outras cidades do País tende a crescer. Mas se tal continuar a acontecer, sem ser acompanhado de um nível de desenvolvimento sócio-económico, medidas que visem melhorar a vida da comunidade urbana, aumento de infra-estruturas sobretudo nas zonas rurais, então as cidades continuaram a ser os principais polos de atração da população rural a procura de melhores condições de vida e empregos, ou ainda, esta continuará a explorar os seus recursos por não possuir outras alternativas de sobrevivência. O objectivo deste capítulo é o de perceber o impacto que o crescimento demográfico teve sobre o consumo dos combustíveis domésticos em geral e em particular a incidência sobre o consumo de *lenha*.

1 Origem da População Residente na Cidade de Inhambane

A mobilidade populacional não é um fenómeno recente. Verifica-se sempre que se processam desequilíbrios sócio-económicos e, quando a possibilidade de satisfação das necessidades básicas de qualquer comunidade é posta em risco.

Em Moçambique, a partir do período de transição (1974) até data da independência, nas zonas rurais os técnicos, engenheiros agrónomos, proprietários agrícolas e administradores coloniais, abandonaram os seus postos e infraestruturas, acompanhado este processo de sabotagem generalizada e sistemática. Por outro lado, os cantineiros (Asiáticos, Portugueses e de outras origens) também desistiram dos seus estabelecimentos comerciais, onde normalmente os camponeses compravam produtos tais como o petróleo, sabão, fósforo, vestuário, sal e outros bens), depois vendiam nessas cantinas parte da sua produção agrícola, principalmente cereais e

leguminosas.⁶⁵ A renúncia por parte desses quadros da economia local-rural conduziu ao desmoronamento da produção e agricultura familiar, dos circuitos comerciais rurais, criou problemas no abastecimento às cidades, diminuiu o volume das exportações e criou um fosso na administração local.⁶⁶ Esta situação foi agravada com o início da guerra e das calamidades naturais no princípio da década de oitenta (1984 / 5).

Na Província de Inhambane, as condições climáticas caracterizadas por escassez de pluviosidade constante, associado ao fraco desenvolvimento sócio-económico bastante notório nas cidades de Inhambane e Maxixe,⁶⁷ intensificou -se mais com o êxodo campo - cidade .

Essa população de origem rural, foi ocupando casas e variadas habitações que tinham sido construídas e deixadas pelos portugueses. Ferraz⁶⁸ numa análise que efectuou sobre a situação urbana de Maputo observou que “ Não estavam preparados culturalmente para ocupar aqueles espaços, nem os seus objectivos eram os mesmos que os dos antigos donos.” Afirma ainda que esses novos habitantes, continuavam ligados ao campo em termos de construções habitacionais com materiais “ tradicionais ”, além de outros hábitos típicos das zonas rurais. É neste contexto que podemos analisar a problemática do crescimento demográfico em Inhambane. Por outro lado a estrutura espacial da cidade de Inhambane, tornou-se menor para albergar tanta gente que procurava abrigo .

2 Apreciação Global do crescimento Demográfico da Cidade de Inhambane

As cidades de Moçambique ainda conservam a antiga estrutura do período colonial registando -se, por isso, divisão entre a cidade de cimento e a suburbana . As diferenças residem no facto de a primeira ser dotada de várias infra-estruturas com

⁶⁵ Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural na República Popular de Moçambique. Documento Preparado Para a Conferência Mundial Sobre a Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, C.E.A/ U. E. M. (1978: 47).

⁶⁶ Reforma Agrária na República de Moçambique. *opcit.* (1978 : 16).

⁶⁷ Araújo, M, *op. cit* 1988 : 292.

⁶⁸ Ferra, Bernardo. “ A Situação Urbana de Moçambique, exige um repensar” , MOCAMBIENTE , nº 15, (1997 : 15 / 16).

serviços sócio -económicos cruciais para o desenvolvimento da população; e a segunda caracterizada pela inexistência de todo esse aparato .⁶⁹

A cidade de Inhambane tem cerca de dezasseis bairros, nomeadamente : Balane, Chalambe, Liberdade, Muelé, Marrambone, Mucucune, Chamane, Malembwane, Guitambatuno, Sequiriva, Salela, Machavenga, Josina Machel, Conguiana, Nhamua, Ilhas de Inhambane; apenas os bairros Balane e Chalambe 1 fazem parte da cidade cimento, embora em alguns deles se verifique uma tendência para a urbanização como são os casos de Muelé e Liberdade.⁷⁰

Na apreciação do crescimento populacional selecionamos apenas quatro bairros, como base para a avaliação que pretendemos efectuar, sendo assim são os seguintes: Balane, Chalambe, Liberdade, e Muelé. O critério adotado para a escolha reside na aproximação em relação a cidade cimento.

Apresentamos em seguida duas tabelas que facilitarão a compreensão da matéria em análise.

Tabela 1: Crescimento da população da cidade de Inhambane.

Bairros	N.º de habitantes
Balane	3161
Liberdade	3938
Muelé	3096

Fonte: 1º Recenseamento Geral da População, Conselho Coordenador de Recenseamento, 2ª edição, República Popular de Moçambique, Maputo: 1980.

Com base nos dados fornecidos pela tabela acima apresentada, pode-se observar que o crescimento populacional entre os bairros estudados, foi pouco notório, sendo a diferença média de 200 habitantes aproximadamente. O Bairro da liberdade é o mais populoso com mais 700 pessoas .

Importa referir que o primeiro recenseamento geral da população ocorreu antes da guerra de desestabilização se fazer sentir com maior intensidade pelo país e a seca que também se reflectiu na migração campo - cidade.

⁶⁹ Saifodine, Farida. " Situação urbana de Moçambique " , *Moçambique* , n.º 9, Set, (1996: 5).

⁷⁰ Dados obtidos do Recenseamento Geral da População e Habitação, Direcção Nacional de Estatística , Departamento de Demografia, 1997.

O segundo levantamento demográfico foi realizado em 1997, ocorreu após a guerra que, como já referimos largamente, afectou a dinâmica do desenvolvimento sócio-económico e incentivou uma maior movimentação de pessoas e bens para às zonas urbanas.⁷¹

Embora o nosso estudo tenha como marco cronológico final do ano de 1992, não pudemos encontrar dados fiáveis com os quais pudéssemos trabalhar, por isso partimos dos que a seguir apresentamos para avaliar o nível de crescimento demográfico ocorrido.

tabela n-º 2

Número de habitantes e famílias de quatro bairros da cidade de Inhambane

Bairros	Nº de famílias	Nº de pessoas
Chalambe	659	2191
Balane	745	3292
Liberdade	2115	10.606
Muelé	2014	9.741

Fonte : 2.º Recenseamento geral da População e Habitação, Direcção Provincial de Estatística de Inhambane, 1997.

Ao compararmos as duas tabelas, o primeiro aspecto notável é que a população dos bairros Liberdade e Muelé de 1980 à 1997 cresceu em cerca de duas vezes e meia mais do que em 1980. Mas, constatamos também que os dados fornecidos pelo último censo parecem pouco realistas comparados com os habitantes residentes no terreno, particularmente para os bairros Chalambe e Balane.

Quanto ao aumento significativo da população nos dois bairros, dois aspectos contribuíram para tal situação: a guerra e as calamidades naturais, que, incentivaram a fixação dessas pessoas nos lugares mais próximos da cidade de Inhambane por serem zonas suburbanas com melhores condições físicas, por permitirem a fácil construção das suas habitações com materiais de baixo custo em paus, pedras, caniço, capim ou macute. Os seus habitantes, normalmente, trabalham na sua maioria em negócios informais de produtos diversos incluindo a lenha.

⁷¹ Inhambane. Alguns aspectos Sócio- económicos. Comissão executiva das comemorações dos 260 anos de Implantação da cidade de Inhambane, Série "conhecer Inhambane", nº 1, Maputo: CEGRAF,

Importa mencionar que a deslocação e fixação de pessoas da zona rural para às cidades, esteve associada ao facto de nas cidades capitais, existirem melhores condições quanto às infra-estruturas e empregos em relação ao campo. Ao se fixarem nas cidades(zonas urbanas), a capacidade das infra-estruturas, possibilidade de fornecer habitação, energia, água, serviços sociais(sanitários, educacionais, transportes e outros) tornaram-se diminutos, provocando uma forte pressão da população sobre essas infraestruturas, recursos naturais e contribuindo para a depreciação do meio ambiente urbano.⁷²

Na cidade de Inhambane, o crescimento demográfico que se verificou nos últimos 10 anos, resultou no acréscimo à população existente. Incentivada pela crise ecológica e pelas calamidades que afectaram a província, onde a população dos distrito, dirigiu-se às cidade de Inhambane e Maxixe, à procura de melhores condições de sobrevivência. Para agravar ainda mais esta situação, o espectro da guerra nos princípios da década de oitenta, contribuiu para o movimento migratório das zona rurais em direcção à cidade de Inhambane. A população cresceu em número mas, as infra-estruturas para o emprego, habitação e vários outros serviços não aumentaram. Por exemplo, nos bairros de Muelé, o problema da erosão costeira já é visível. Causada pelas construções de habitação sem obedecer a um plano de ordenamento e urbanização pré-existente e, muitas vezes, esse processo de construção não obedecer ao racional uso dos recursos naturais. As habitações além de serem de materiais poucos duráveis, estão muito juntas e sem segurança. Mas, há outro aspecto a considerar que é bastante crucial para a análise do crescimento populacional na cidade de Inhambane: a questão da alimentação. A alimentação para esses habitantes significa uso de energia doméstica que pode ser lenha, carvão vegetal, gás, petróleo, eletricidade, dependendo do nível de vida de cada família.

1988 : 43. Este documento observou que a população vivendo nas suas zonas habituais diminuiu de 21 para 400% , tornando-se deslocada em vários pontos do país.

⁷² G.T.A. Moçambique, situação actual do ambiente, 1990: 17.

3 Tipo de energia doméstica utilizada na cidade de Inhambane

Em Moçambique são utilizados diversos tipos de energia doméstica, nomeadamente a lenha, carvão vegetal, petróleo, gás, electricidade, energia hídrica e solar.

Mas considerando que cerca de 80% da população é de origem e de hábitos rurais, então, a energia para o país significa acima de tudo, lenha, mesmo para alguns residentes em zonas urbanas. Esta constatação foi confirmada, por um estudo sobre a procura de combustíveis lenhosos, efectuada por Samba & Soto⁷³ onde afirmaram que nas zonas rurais, a única fonte de energia básica para confeccionar os alimentos é a lenha. O documento supracitado não é o único que vê a questão do consumo dos combustíveis lenhosos como única alternativa para a maior parte da população do nosso país. Por exemplo, Sequeira (1992), afirmou que a lenha continua sendo a fonte primária de energia para a maioria da população e refere que o acesso às florestas como fonte de recurso energético diminuiu drasticamente devido a guerra e a sua intensa exploração.⁷⁴

Associado a este facto, a disponibilidade dos recursos florestais nos centros urbanos é reduzida comparativamente ao campo, além de que se encontra ao alcance dos rurais permitindo uma simples colecta, sendo contrária essa situação nas zonas urbanas em que o acesso aos combustíveis lenhosos, depende do poder aquisitivo do consumidor. O documento observa também que a lenha ocupa o primeiro lugar na cidade de Inhambane, como energia doméstica para a cozinha, situação que se inverte em cidades como Quelimane, Beira, Maputo e Matola, onde o carvão vegetal é a energia mais utilizada para confeccionar os alimentos com 45%; 10,7%; 21,3%; 9,9%; e 29,6% respectivamente.⁷⁵

⁷³ Tsamba, A. & Soto, S. J. Planeamento Integrado de Energia Doméstica: Biomassa Lenhosa. 1997: 13

⁷⁴ Sequeira, Ana. Programa Floresta Comunitária e Energia Lenhosa, Ministério da Agricultura; Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia, 1992:

⁷⁵ Tsamba, A. & Soto, S. J. (1997) : 14

4 Consumo da Lenha na Cidade de Inhambane

1 Uso de Lenha

Na cidade de Inhambane, a maioria dos seus residentes utilizada a energia lenhosa. Veja a tabela 3.

Tabela 3: Consumo de Energia Lenhosa na cidade de Inhambane

Cidade	Iluminação	Cozinha %	Cozinha %
	Lenha	Carvão vegetal	Lenha
Inhambane	0	4,0	81,0

Fonte: Inquérito às Famílias (1996) citado pelo planeamento Integrado de energia doméstica : Biomassa Lenhosa

O quadro mostra-nos que a lenha é utilizada essencialmente para cozinhar os alimentos e para o aquecimento de água, participando em 81,% no quadro das outras formas de energia utilizadas localmente. Enquanto uma pequena parte, 4% do carvão vegetal é utilizada para o mesmo fim.⁷⁶ O uso da lenha encontra-se vinculado em geral, à compra (custo) e segurança que representa para as famílias mais pobres, nos centros urbanos. Recordar que no caso concreto da cidade de Inhambane, a lenha é trazida de vários distritos, encontrando-se à venda em molhos, ao valor médio de 2.500,00 Mt. Num inquérito que realizamos a algumas famílias dos bairros seleccionados, constatamos que, num agregado de três pessoas, gasta-se diariamente com o uso de energias alternativas, aproximadamente 2.500,00mt e durante 30 (trinta dias), despendem 75.000,00Mt., só em lenha. Mas, é do nosso conhecimento que, regra geral as famílias moçambicanas têm mais de 5 pessoas. Nesse princípio e com base no salário mínimo do trabalhador que oscila os 350.000,00Mt, no nosso país é de prever que os rendimentos gastos pelos cidadãos em Inhambane só em lenha ascendam o valor acima apresentado. Por outro lado, conhecendo a situação de

⁷⁶ A tabela 3 apresenta dados de 1996. Apesar disso, podemos observar que a situação do consumo de lenha na cidade de Inhambane era elevado nessa altura principalmente no que diz respeito ao

pobreza em que a maioria dos agregados familiares atravessam nesta cidade, vivendo à base do comércio informal é de prever que poucas famílias possuam fontes alternativas de energia.

2 Petróleo de Iluminação (PI)

O perfil da procura do (PI), revela que tanto as populações das zonas rurais como urbanas não utilizam esta forma de energia para a cozinha, mas sim para a iluminação. Essa situação é derivada da existência de fontes de energia mais preferidas, e convenientes, tais como a lenha e o carvão. Mas, por outro lado, as populações evitam o mau cheiro e não só, à cultura a volta da fogueira familiar nocturna que incentiva o convívio entre os membros de cada agregado, além do baixo poder de compra dessas famílias.⁷⁷

Um inquérito realizado á algumas famílias da cidade de Inhambane em 1996, indica que a procura de (PI), para a cozinha corresponde a 1% e para iluminação 61%.⁷⁸ Donde se pode concluir que a população da cidade de Inhambane utiliza o (PI) para a iluminação o que pressupõe que os sistemas eléctricos e outras formas de energia estão pouco desenvolvidos localmente, para satisfazer as necessidades de iluminação o (PI) para cozinha é nulo.

3 Energia Eléctrica

O sistema eléctrico, em toda a Província de Inhambane encontra-se disperso em pequenas redes como consequência da herança colonial.

A guerra da década de 80-90 e as acções de sabotagem das linhas de transporte de energia e vias de fornecimento, provocaram uma redução no abastecimento de energia eléctrica devido à falta de combustível para alimentar os geradores eléctricos. A cidade é abastecida por motores, que se encontram num estado absoleto.⁷⁹ Um funcionário das E.D.M afirmou que existe um projecto de

consumo para a cozinha. Pensamos que esta realidade não deve estar muito distante dos níveis consumidos no período anterior a 1992.

⁷⁷ Planeamento integrado de energia doméstica, 1997: 49.

⁷⁸ Ibidem: pag: 28

⁷⁹ Anonimato, funcionario das E.D.M, 1997.

fornecimento de energia eléctrica para a cidade mas, ainda não entrou em funcionamento.

Entretanto, são poucas as informações colhidas sobre a matéria todavia, daquilo que pudemos observar é possível constatar que os trâmites que permitem o uso de energia eléctrica não são acessíveis a toda população urbana em estudo, o que contribui para que a população local use cada vez mais lenha.

4 O Gás, Como Energia Doméstica (G.P.L)

O gás natural é também denominado gás de petróleo liquefeito.⁸⁰ No tocante à sua distribuição e consumo, importa referir que cerca de 90% desta forma de energia é comercializada em Maputo e o seu consumo pelas restantes províncias está associado ao transporte ao nível de vida sócio-económico, ao tipo de acessórios utilizados (fogões) por sinal a preços isorbitantes, além da própria garrafa que na cidade de Inhambane é comercializada por 130.000,00mt. São vários os factores que desencorajam a utilização do gás. Dados que conseguimos colher durante o trabalho de campo à algumas famílias da cidade de Inhambane indicaram que a maior parte delas prefere utilizar a lenha porque oferece maior segurança e à noite proporciona o convívio familiar, ao mesmo tempo ilumina, aquece e afugenta os mosquitos.⁸¹ Além disso, o hábito do uso, de panelas de barro localmente designado *guicalango*, no confeccionamento de alguns alimentos em especial as verduras, favorece à utilização da lenha.

Num outro inquérito realizado a algumas famílias na cidade de Inhambane para apurar o uso dos diversos tipos de energia doméstica, deparamos com a seguinte situação: na cidade cimento, tomando como exemplo o bairro de Balane, as famílias inqueridas utilizam o carvão para cozinha; electricidade para a iluminação e cozinha. Nos restantes bairros, principalmente Liberdade e Muelé por serem bairros suburbanos com população ainda em situação de deslocados, utiliza a lenha como combustível

⁸⁰ Tsamba. & Soto. Planeamento Integrado de Energia Doméstica: G.P.L. 1997: 2.

⁸¹ Inquéritos às famílias, *opcit.*, 1997. Estes dados foram colhidos num inquerito que realizamos na cidade de Inhambane. Onde constatamos que além deste factores, o hábito de cozinhar na panela de barro alguns alimentos em, sobretudo legumes e verduras não facilita a escolha do gás como alternativa em energia doméstica para a cozinha.

básico-doméstico para as mais variadas necessidades; além do do petróleo que perfazem conjuntamente os dois tipos de energia mais usados. Mas importa referir que nestes dois bairros também há várias famílias que utilizam electricidade, gás, com casas de alvenaria electrificadas.

O crescimento da população na cidade de Inhambane, refletiu profundamente no consumo dos mais variados combustíveis domésticos. Sendo assim e conforme pudemos depreender a população dos bairros da cidade de Inhambane cresceu bastante como produto da instabilidade provocada pela guerra de desestabilização da RENAMO. Os migrantes rurais dos vários distritos ao se dirigirem a cidade de Inhambane onde muitos deles fixaram residência, transportaram consigo os hábitos de utilização da lenha como principal fonte de energia. Este factor importante, está associado a cultura dos povos de Inhambane que têm preferência pelo uso da lenha no seu dia a dia, não só por causa do baixo nível de vida de muitas das famílias como também porque insentiva o convívio familiar. Por isso, os outros combustíveis domésticos estão longe de concorrer com a lenha em termos de níveis de consumo.

CAPÍTULO IV

A EXPLORAÇÃO DA LENHA EM *NHACOONGO* E OS SEUS EFEITOS NA COMUNIDADE LOCAL: 1974/ 1992

Introdução

O presente capítulo, versa sobre a problemática da lenha em *Nhacoongo* entre os anos 1974- 1992.

É objectivo deste capítulo identificar os principais motivos que concorrerão para a alteração do sistema de exploração e consumo de lenha ao nível local e apreender sobre as formas de gestão e maneio comunitário de recursos naturais em geral e, de forma particular sobre a lenha.

Com vista a alcançar tais objectivos o tema é abordado tendo em atenção o processo de migração populacional, as aldeias comunais, o impacto da guerra, da seca e da agricultura itinerante na sociedade local.

1 Disponibilidade de Recursos Florestais, em *Nhacoongo*

A flora de Moçambique encontra-se dividida pelo país em: floresta de alto valor produtivo, médio, baixo, terrenos agro - pecuários, outras espécies das quais fazem parte os mangais e as dunas.⁸² É dentro da floresta com valor produtivo que encontramos a espécie florestal mais representativa de *Nhacoongo* a “ *Brachystegia Spiciformis* ”, conhecida vulgarmente no local por “Tamba”. Esta planta é constituída por extensos massissos. Mas, a nível local existem outras espécies variadas e diversos tipos de flora.⁸³

⁸² Plano Nacional de Investigação Florestal (1º Rascunho). Ministério da Agricultura: Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia, (1992: 3).

⁸³ Saket, M. Taquidir, M. Banze, M. Methodology and Results of the Forestry Vegetation Mapping:at 1: 250. 000, (1995: 84).

Sobre a situação específica de *Nhacoongo*, importa destacar que a distribuição da flora é irregular, apresentando zonas de pousio constituídas por arbustos, mangais, zonas de prados e outras.

Durante a pesquisa documental, não conseguimos encontrar dados estatísticos referentes ao levantamento dos recursos da flora existentes na zona em estudo. Apenas o obra de Saket facultou-nos algumas informações sobre a matéria. Todavia, conseguimos apurar através das fontes orais, que existem quatro sub-divisões de flora a considerar :

a) Zona com óptima mancha florestal- situada em Cambula, constituída por intensa floresta nativa com pouca intervenção humana, com arbustos que atingem 8 a 10 metros de altura. ⁸⁴

b) Zona com mancha florestal média- sendo possível encontrar floresta nativa com arbustos diversos e árvores que atingem 3 a 5 metros. Convém que se diga que nem toda esta região é coberta por esse tipo de flora, apenas a parte baixa de Cambula. Na parte alta e de planície encontramos terrenos cultivados com a cultura de mandiocas e plantas de frutas silvestres. E por último, ainda nesta região, é possível encontrar na costa, o mangal que é aproveitado pelas populações ribeirinhas para extracção de lenha. ⁸⁵

c) A zona de Mafassane- constituída por floresta bastante degradada, com um forte nível de exploração e intervenção humana. Só para citar um exemplo, a comunidade desta região chega a percorrer grandes distâncias em outros distritos, para a obtenção de lenha. ⁸⁶

d) Por último, encontra-se a zona de arborização- formada por plantações de *eucalyptus*, com cerca de 30km² desde *Nhacoongo* estação até Chongola. ⁸⁷

Entretanto, a guerra teve a sua cota parte na fraca gestão dos recursos florestais. A manutenção das plantações de *eucalyptus* começou a ser posta em causa com o incidir do conflito. Situação que continuou mesmo depois da guerra ter terminado em 1992 até à actualidade. Sobre estes aspectos, Carlos diz o seguinte:

⁸⁴ Ver o anexo 2: fotografia referente à vegetação local predominante. Importa referir que na zona de Cambula o mau piso tornou-se impenetrável aflora para alguns exploradores de lenha.

⁸⁵ Consultar anexo 2: fotografia tirada em Cambula/ *Nhacoongo*.

⁸⁶ Consultar anexo 2: Plantações de *eucalyptus*.

⁸⁷ Entrevista: Victorino João Carlos: 6/ 12/ 1997. A plantação de *eucalyptus* encontrava-se ao longo da linha férrea Chongola- *Nhacoongo*, desde os 58 aos 88 km de extensão o correspondente a 30km.

“Nós fomos bastante afectados pela guerra, surgiram dificuldades na manutenção das plantações porque o centro de guerra era Chongola, e a partir de Maleyssa afectaram *Nhacoongo*, a linha férrea, as suas locomotivas e, então, já não era necessário continuar a limpar as plantações.”⁸⁸

Nenhuma comunidade, pode desenvolver-se sem o sector florestal. Pois, este desempenha multifacetadas funções, tais como: influência na produtividade agrícola, na estabilidade dos recursos hídricos e pedológicos, funciona como “pulmão” do mundo dos ecossistemas e do homem, influencia na segurança alimentar e de forma global, interfere no meio ambiente local. Além, disso a flora fornece materiais de construção e de combustíveis lenhosos, variados produtos de origem vegetal e animal (frutas, mel, fertilizantes orgânicos, medicamentos); matérias primas para as indústrias (óleos, resinas, borrachas, seras, fibras, bambús e muito mais).⁸⁹

Apesar da sua crucial importância e das diversificadas funções, tem se registado uma exploração desenfreada dos recursos diversos da flora. Este aspecto ganha terreno, muitas vezes, pelo facto de alguns grupos sociais no país considerarem que pelo facto de o país ser dotado de uma riqueza florestal não é necessário efectuar-se a sua conservação contribuindo, deste modo, para o intenso desflorestamento.

São várias as causas da deflorestação. Uma das mais importantes é a necessidade de lenha. No nosso país, a lenha participa com mais de 85% no valor global dos combustíveis domésticos utilizados pela população.

Nas zonas rurais a situação agrava-se pelo facto de talvez o nível socio-económico das comunidades ser muito reduzido, com baixo poder de compra por falta de dinheiro para adquirir combustíveis alternativos, não restando por isso, outra solução senão o uso do combustível lenhoso mesmo conhecendo o perigo a que se sujeita no futuro.

“A biomassa consumida em Moçambique é maioritariamente produzida a partir da floresta natural...”⁹⁰. Tomando em consideração as informações disponíveis, esta floresta, em 1980, contava com cerca de 57.000.00 hectares. Ela constitui a principal

⁸⁸ Carlos. V. João. Entrevista: 7/12/ 1997, Cidade de Inhambane.

⁸⁹ Réffega, António. “ A floresta Tropical e a Preservação do Ambiente ”. Agricultura e Desertificação

⁹⁰ Plano Nacional de Investigação Florestal. Ministério da Agricultura : Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia/ Centro de Experimentação Florestal, Maputo, 1992: 53.

fonte de lenha e outros produtos florestais das comunidades rurais. Porém, estudos realizados sobre os combustíveis lenhosos, indicam que: o potencial florestal de combustível lenhoso de uma parte da comunidade florestal, envolve tanto espécies preferenciais como também tamanhos preferenciais.”⁹¹

Esta situação foi por nós confirmada durante o trabalho de campo em *Nhacoongo*, pois a comunidade local em termos de espécie florestal para a produção de lenha prefere a “Tamba”.

2 Zonas de Produção de Combustível Lenhoso

A procura do combustível lenhoso tende a aumentar e, não só, os níveis de consumo mesmo nas zonas rurais dependem do grau de disponibilidade e aproximação dos recursos florestais.

Tomando como exemplo a área de Mafassane, regra geral, *Nhacoongo* apresentava um perfil caracterizado por intensa procura de lenha como combustível exclusivo. Nesta zona tal como noutras da região, a população local percorria e continua percorrendo grandes distâncias fora do seu *habitat*, por exemplo para Jangamo à procura de lenha. Num inquérito realizado na aldeia comunal de Mafassane, Gove, afirmou o seguinte: “*Eu vi esta aldeia comunal a nascer em 1981, ela me encontrou aqui. As primeiras pessoas que vieram para a aldeia, eram antigos combatentes enviados da cidade de Inhambane. As autoridades de Inhambane, analisaram a terra e viram que era habitável. Nessa altura havia muitas árvores de frutos nós comíamos, cajueiros, tambeiras (Tamba), e outras plantas. Não tínhamos problemas de lenha. Mas, quando a guerra se intensificou, começamos a cortar as árvores, para melhor nos defendermos das incursões armadas. Actualmente, temos problemas sérios de lenha. Além, disso os Caminhos de ferro também cortavam a nossa lenha para abastecer as suas locomotivas e também para a venda.*”⁹²

Um outro depoimento ainda em Mafassane indicou, que: “*Actualmente as zonas de produção de lenha para comercialização encontram-se nos distritos de*

⁹¹ Vilanculos, Afonso A. Identificação das regras tradicionais em uso na região de Santaca. U.E.M. Repartimento de Engenharia florestal, Maputo, 1988:10.

⁹² Gove, Micas Silva, Entrevista em Mafassane: 25/ 6/ 1998.

Jangamo e Chatugo, porque nós não hás temos flora suficiente para produzir lenha para a venda, algumas vezes mesmo para o nosso consumo diário"⁹³ Tal como em todas as zonas rurais, *Nhacoongo*, não está fora da regra. Embora sem termos dados concretos é possível dizer-se que, pelo menos mais de 80% da sua população usa lenha como combustível exclusivo, sem alternativa alguma para a aquisição de qualquer outro carborante. Esta situação, segundo constatamos, deve-se ao facto de o grosso da população local, viver na extrema pobreza, sem emprego, com baixo rendimento nas culturas agrícolas pouco incentivadas pelos solos pobres e períodos prolongados de ausência de precipitação.

Produtores de Lenha

Existem dois tipos de produtores: locais e não locais ou "estranhos" na zona.

Produtores locais: Fazem parte deste grupo, famílias locais residentes numa determinada área, possuindo normalmente a sua parcela de terreno situada à volta da casa onde habitam, dentro das suas machambas onde exploram livremente todos os recursos naturais aí disponíveis. A área a ser explorada depende muitas vezes da força e vontade de cada família; os limites das terras muitas vezes não estão bem demarcados, embora as famílias conheçam a parte que lhes cabe, porque muitas vezes essa terra foi lhes transmitida pelos seus antepassados, por herança. Ao efectuarem a exploração de lenha fazem-no apenas em coordenação com os vizinhos e autoridades locais.⁹⁴

Produtores não residentes/ "Estranhos"⁹⁵: não têm áreas previamente estabelecidas para a produção de lenha. Muitas vezes, não seleccionam a lenha a extrair, nem respeitam as tradições, hábitos e costumes locais, apenas suprimem a parte da lenha que lhes interessa. Estes, normalmente, são vistos pelas comunidades

⁹³ Atanásio Xavier Xipumbera Mutazuwa. Entrevista em Mafassane: 27/ 6/ 1998.

⁹⁴ Vilanculos, A. Op.cit: 1988: 30.

⁹⁵ Relatório das Visitas de Campo. as Aldeias de Ndixe e Gimo Ocosa no Distrito de Marracuene e Aldeia 3 de Fevereiro do Distrito de Manhica. Maputo: U.E.M./ Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal, 1996 : 3.

locais como estranhos, (indivíduos externos à comunidade local, na sua maioria ilegais).

No que diz respeito à produção de lenha em *Nhacoongo*, importa referir, antes de qualquer análise que, actualmente a produção para fins comerciais é pouco notória, devido a reduzida disponibilidade das plantas mais preferidas pelos potenciais consumidores. Segundo alguns membros da comunidade local o intenso desbravamento iniciou desde os princípios da década de setenta até aproximadamente 1989/ 1990. Sendo assim, a maioria dos antigos produtores de lenha ou deixaram de exercer essa actividade ou então mudaram-se para outras regiões, mais concretamente para os distritos de Jangamo e outras zonas do distrito de Inharrime. Portanto, existe em quase toda a povoação carência de lenha. Esta situação é motivada pelos mais diversos factores, dentre os quais a procura de terras férteis pela comunidade local para a prática agrícola sobretudo com o fim da guerra de desestabilização. Este argumento encontra um certo suporte nas palavras de algumas autoridades governamentais do distrito de Inharrime “ *A partir de 1989/ 1990, a população local começou a substituir a missassa (tambeiras) por mandiocas porque necessitava de terras e nessa altura ainda era possível encontrar-se uma flora susceptível de ser desbravada. O corte de lenha surgiu como forma de aproveitar o produto das suas machambas. O objectivo era o de ter terras para a prática da agricultura e, não propriamente, cortar lenha para vender. Nessa altura havia muita lenha em todo o Nhacoongo*”.⁹⁶

Portanto, a oferta de lenha em *Nhacoongo* também esteve associada a prática agrícola e à procura de terras para cultivar, no período anterior e imediatamente à guerra.

Na zona de Mafassane, embora dentro de *Nhacoongo*, o caso foi completamente diferente. Os C.F.M- Delegação de Inhambane, de 1985 até depois de 1992, efectuou intensamente a produção de lenha. Sobre o assunto colhemos alguns depoimentos: “ *O início do corte de lenha pelos Caminhos de Ferro, foi no período pós independência. Anteriormente, possuíamos fornecedores, tais como, Miguel Guita, Moreira, e outros localizados na vila de Nhacoongo. O corte de Lenha em*

⁹⁶ João, Mário. Entrevista em Inharrime na Direcção Distrital de Agricultura: 18/ 12 /1997.

*Mafassane só se efectuou na década de oitenta e foi uma das últimas zonas da região.*⁹⁷

Mas a produção de lenha não se realizou apenas em Mafassane, verificou-se também em Cambula, Cuaguana como em outras zonas de *Nhacoongo*.

Técnicas e Instrumentos Utilizados no Processo de Produção.

O modo de produção de lenha consiste no abate, traçagem através de motosserras, serrões, machados e catanas.

Em *Nhacoongo*, durante o período de exploração, eram utilizados variados utensílios no corte e abate de árvores. A título de exemplo e a confirmar esta observação apresentamos parte de alguns documentos da secção de via e obras dos C.F.M que revelam claramente o tipo de utensílios utilizados pela instituição no processo de produção de lenha, “ Havendo necessidade de compra urgente de 50 serras para o corte de lenha a um particular em *Nhacoongo*, ...”⁹⁸

Outro documento emitido a 18 de Outubro de 1985 pela mesma instituição, têm o seguinte teor: “ ...O sector de arborização atravessa grandes dificuldades no cumprimento das metas da produção, no corte de lenha nas machambas de Chongola, *Nhacoongo* e Mutamba, o que ameaça paralizar os trabalhos..., Por isso rogo, a V. Ex^a se digne autorizar a compra e fornecimento urgente, pelos armazens gerais, dos seguintes instrumentos de trabalho: 100 machados, 100 catanas, 100 enxadas.”⁹⁹

É importante salientar que nem todos os produtores locais possuíam o poder de compra destes utensílios, pois eram muito caros e o poder de compra das famílias locais era reduzido.

⁹⁷ Samuel Macie: Secção de via e Obras dos C.F.M. Delegação de Inhambane: Entrevista, 16.12.1997/ Nhamússua, Mafassane, Entrevista: 17.12.1997.

⁹⁸ Para mais informação consultar documentação nos anexos 3.



3 Zonas de Mercado.

1. Zona urbana

Normalmente a venda e revenda da lenha a grosso e/ou a retalho, processa-se nos centros urbanos. No nosso caso específico, constatamos que a lenha de *Nhacoongo*, durante o período em estudo era vendida principalmente na cidade de Inhambane e arredores à várias entidades e a população em geral.

Alguns dos potenciais consumidores, eram as indústrias de panificação que asseguramos: Rachide, Popular, Moçambicana, Nacional, Pão Nosso na cidade de Inhambane, Padaria Cumbane em Jangamo e outras dentro do Distrito de Inharrime e arredores.¹⁰⁰

Observe a tabela que se segue, referente ao consumo de lenha por algumas padarias, na cidade de Inhambane.

Tabela 5

Quantidades e receitas de lenha das indústrias de panificação de Inhambane, aos cofres dos C.F.M, referente ao mês de Janeiro de 1987.

Quantidade	Importância/ Mt..	Destinatário
32m3	30.400,00	Padaria Rachide.
22m3	20.900,00	Padaria Popular.
46m3	43.700,00	Pastelaria Moçambicana.
34m3	32.400,00	Padaria Nacional.
40m3	38.000,00	Panificadora Moderna.

Fonte: Documentação avulsa e não publicada dos C.F.M,
Delegação de Inhambane.

⁹⁹ Consultar os anexos 3.

¹⁰⁰ Consultar os anexos 3.

Observando a tabela nota-se que cada padaria gastava em média, por dia, 1m³ de lenha.¹⁰¹ Nesse contexto, podemos supor que, no fim de cada mês, cada padaria consumia cerca de 30 metros cúbicos de lenha. Mas, se olharmos para os dados fornecidos pela tabela 5, depararmos com o consumo mensal superior ao valor estabelecido por dia, além de que nem todo o consumo é registado.

Todavia, não eram apenas estas as únicas consumidoras de lenha proveniente de *Nhacoongo*, mas também as padarias Pão Nosso, Cumbana, pastelaria Taj-Mahal, as fábricas de cerâmica, população em geral, além dos próprios trabalhadores da instituição acima referida.¹⁰²

Zonas rurais.

No passado, a exploração da lenha era feita com base no aproveitamento da abertura de novas machambas ou em caso de necessidade para resolver qualquer situação pontual, económica ou social, mas nunca como actividade geradora de lucros de carácter permanente e faziam-na a base de colecta sem intenção de colher valores manetários ou lucrativos.¹⁰³

Nas zonas rurais a população consome mais lenha do que na zona urbana, porque esta vive sob forma dispersa, além disso, a lenha é colectada e o seu consumo poucas vezes põe em causa o maneiio adequado dos recursos quando se trata de lenha para o consumo do agregado familiar.

Contudo, devido a acrescente escassez e procura e baixo nível de vida sócio-económico, a lenha torna-se num negócio fácil e atraente, sobretudo no campo e nas comunidades rurais

Como já foi largamente referenciado, *Nhacoongo* possui uma vasta cultura de mandioca. A sua raiz, é largamente consumida localmente. Na região existiu um fábrica de farinha mandioca no período colonial até aos finais da década de setenta. Segundo os locais esta fábrica consumia muita lenha na produção de farinha. Embora

¹⁰¹ Viriato, Mouzinho. Entrevista ao Padeiro de profissão desde 1970. actualmente a trabalhar na Padaria Fá de Pão na cidade de Inhambane.

¹⁰² Ver o anexo 3.

¹⁰³ Soto, Samuel João. Plano de Maneio e Gestão Comunitária da floresta de Djabula. Maputo: Departamento de Engenharia Florestal, Secção de Maneio e Economia Florestal, Maputo, 1998: 14.

não se conheçam os valores reais das quantidades gastas no processo, é possível depreender que certamente, ela contribuiu, desta forma, no consumo da lenha em larga escala, na zona.

No que diz respeito à população de Inhambane, deve-se destacar aqui um aspecto quanto a nós muito relevante e que está relacionado com a cultura e hábitos que envolvem as comunidades de Inhambane e *Nhacoongo* quanto ao consumo de lenha. No seio dos seus habitantes, está largamente disseminado o costume de se cozinhar com a panela de barro, principalmente quando se trata de confecionar verdura e alguns legumes.¹⁰⁴

O perfil do uso final da lenha apresenta os seguintes contornos: 81% de famílias, isto em 1996. Apesar de estes dados não estarem abrangidos pelo nosso período em estudo, é possível constatar que a população da cidade de Inhambane, consome mais lenha que qualquer outro tipo de carborante o que pressupõe também maior comercialização desta forma de energia.¹⁰⁵

4 Estrutura de Comercialização de Lenha em *Nhacoongo*.

*“O fluxo de comercialização dos combustíveis lenhosos é algo complexo e requer uma análise profunda...”*¹⁰⁶ Mas há que considerar os seguintes aspectos:

Produtores, transportadores, vendedores, grossistas e retalhistas.

Uns, para além de produtores, dedicam-se também à venda da lenha aos grossistas ou transportadores, junto às áreas de produção ou à beira das estradas ou picadas.¹⁰⁷ Podemos usar como exemplo o caso dos CFM Delegação de Inhambane que embora não sendo sua vocação a comercialização de lenha, e porque necessitavam de abastecer e garantir o funcionamento das suas locomotivas acabavam por comercializar alguns tipos de lenha que não serviam para os devidos fins já acima

¹⁰⁴ Os depoimentos colhidos por nós na cidade de Inhambane, à algumas donas de casa, levam-nos a crer nessa realidade. Isabel Ratagy por exemplo confeça, que apesar de possuir um fogão à gás e outro eléctrico, nunca confeciono verduras (refiro-me a matapa, folhas de abóbora, de feijão nhemba, e legumes como feijão), apenas na lenha, porque coze melhor e têm maior sabor.

¹⁰⁵ Ver capítulo III, na análise dos diversos tipos de combustíveis na cidade de Inhambane.

¹⁰⁶ Tsamba & Soto. *Planeamento Integrado de Energia Doméstica*. (1996:22).

¹⁰⁷ Tsamba & Soto. *Idem*: 22.

citados.¹⁰⁸ Analisemos os preços praticados por essa instituição através do aviso público n.º 2/987. “A venda de lenha no local passa a ter os seguintes preços: no local de produção com transporte do cliente 800,00 Mt para cada metro cúbico ou stere; no apeadeiro de *Nhacoongo*, a lenha concentrada pelas C.F.M na Estrada Nacional n.º 1 á 1.200,00 Mt por Cada metro cúbico ou stere.” Convém mencionar que esta instituição foi entre as décadas de 80/90 a principal, como “instituição”, pelo negócio de lenha de *Nhacoongo* para a cidade de Inhambane e arredores, onde abastecia as padarias, centros internatos, hotéis, trabalhadores ferro-portuários residentes na cidade de Maxixe e população no geral.¹⁰⁹

Através deste comunicado pode-se depreender que o preço estava extremamente relacionado com a distância que separava os centros de consumo dos de produção. E, por isso, quanto maior fosse a distância maior era o preço e vice-versa.

O factor transporte era fundamental na comercialização da lenha. Caso o transporte fosse do cliente que necessitasse de lenha o custo era relativamente menor comparando com a lenha escoada com o transporte do produtor/ vendedor.

Eram diversificados, os transportes utilizados nos circuitos de comercialização tanto em *Nhacoongo*, como fora desse lugar. Os transportes usados encontravam-se bastante relacionados com as vias de comunicação (estradas ou picadas) e vias férreas.

Em picadas de difícil acesso normalmente era usado o tractor, energia humana e/ ou animal nas zonas de produção; nas zonas de fácil acesso eram utilizadas as carrinhas, camiões, normalmente em estado avançado de uso, da marca Bedford, International, como eram os casos de Emídio Francisco, António Barros e Pedro Filipe, transportadores residentes na cidade de Inhambane desde a década de setenta.¹¹⁰ Além destes transportes os C. F. M, utilizavam as suas locomotivas para o escoamento da lenha. Pode-se ver em anexo a linha férrea, as locomotivas e o caminho de ferro já em estado degradado, como resultado da guerra de desestabilização terminada em 1992. As quantidades de lenha a serem transportadas

¹⁰⁸ Samuel, Macie. Entrevista: 16/ 12/1997 : Nunca foi vocação dos C.F.M, vender lenha. Porém ao cortarmos a lenha nas zonas de produção, era difícil seleccionar. Sendo assim armazenavamos a lenha que precisavamos para as nossas locomotivas (lenha de tamanho normal) e a que não fosse necessária, a fina, ou vendiamos ao nossos trabalhadores ou então se vendiamos a população da cidade de Inhambane e até Maxixe, e a grossa vendiamos às padarias. Ver o anexo 3.

¹⁰⁹ Consultar anexo , para mais informações.

¹¹⁰ Emídio Noronha. Entrevista: 20/ 12/ 1997. Transportador retalhista e vendedor de lenha desde 1973.

dependiam do tamanho do transporte utilizado. Segundo soubemos, haviam camiões nessa altura que chegavam a transportar cerca de 20 m³ de uma só vez, conhecido entre os grossistas por carrada de lenha. Tomando em consideração essas quantidades, podemos concluir que cada transportador podia escoar nesses camiões por mês, mais de 500 m³ de lenha na cidade de Inhambane.

“Os transportadores tanto podiam ser comerciantes como grossistas. Alguns eram detentores de licença de exploração e outras dedicam-se ao aluguer de viaturas.”¹¹¹ Os transportadores mencionados que apresentamos eram também grossistas residentes na cidade de Inhambane e vendiam o produto para a mesma urbe.

Além da distância e o transporte, existem outros factores não menos importantes e que interferiam fortemente nos circuitos de comercialização; é o caso do custo de aquisição do produtor/cortador, no que diz respeito à mão de obra contratada para o corte de lenha. Sobre este aspecto, por exemplo a mão de obra utilizada pelos C.F. M, nas suas plantações em *Nhacoongo* era recrutada localmente; do tipo sazonal, consoante as necessidades da empresa. Quanto aos outros produtores privados e singulares,¹¹² também usavam o mesmo processo.

O custo da licença de exploração florestal passada pelos serviços da Direcção Provincial da Agricultura e Pescas, também influenciava no custo final da lenha. Pode-se ver anexo 3, sobre as vias de concencção florestal.

O Custo de armazenamento relacionado com o tempo de permanência da lenha antes da sua colocação no mercado, constituía outro factor a ser analisado. Sobre este assunto conseguimos um depoimento: “Éramos 73 homens, cortávamos a lenha na floresta e depois armazenávamos. Muitas vezes a lenha não era logo levada para a cidade, ficava muitos dias e, às vezes até deteriorava-se permanecendo muito tempo a espera de transporte em *Nhacoongo*. Essa espera era motivada pela falta de transporte no período de guerra, e algumas vezes quando vinham buscá-la já se encontrava estragada, principalmente quando se tratasse de lenha *Tamba*.”¹¹³

A taxa de trânsito que era cobrada pelas entidades distritais de Inharrime e pelo conselho executivo da cidade de Inhambane era um dos factores que igualmente incidia na venda e compra da lenha.

¹¹¹ Tsamba & Soto, *Planeamento Integrado de Energia Doméstica: Biomassa Lenhosa*, 1996: 23.

¹¹² Encontramos alguns exemplos de transportadores que são os casos do Senhor Moreira, Miguel Guita e outros.

5 A finalidade da Lenha.

*"A lenha é um dos produtos de maior consumo, basta lembrar que em toda as povoações... o lume está quase sempre aceso, de dia para confeccionação dos alimentos e à noite para aquecer e afugentar os mosquitos, com o fumo, além de fogueiras que com o clarão conservam afastadas as e feras." A esta enorme quantidade temos ainda que juntar a lenha consumida na cozinha..., nos fornos das padarias, fornalhas de muitas máquinas de certas indústrias, nas de alguns comboios a vapor etc. "*¹¹⁴

Estas multifacetadas funções, são também circundadas por diversos estudiosos na matéria, é o caso Tsamba & Soto que observaram que *" tradicionalmente, em Moçambique, a nível doméstico, tanto a lenha como o carvão vegetal são usados basicamente para a confecção de alimentos, quer seja nas zonas rurais, suburbanas ou urbanas. Todavia, nas zonas rurais as fogueiras são usadas também para o aquecimento do meio, secagem de alimentos e sementes, aquecimento de água para o banho, iluminação e mesmo como meio de protecção contra os animais feroces durante a noite, em algumas regiões. "*¹¹⁵

De facto esta é a situação que nós conseguimos constatar durante o trabalho de pesquisa em *Nhacoongo* e que confirma as palavras desses autores.

¹¹³ Jdeka Julião Jwobela. Entrevista: 12 /12 / 1997.

¹¹⁴ " Exploração Florestal " In: Boletim da Sociedade de Estudos das Colónias de Moçambique. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, XXI, (68), Jan/ Marco 1951: 68.

6 Base Legal da Exploração de Recursos Naturais: Lenha.

*Nenhuma lei de florestas é promulgada desde 1965...*¹¹⁶

A lei vigente de exploração florestal baseasse no decreto 40: 040, de 20 de Janeiro desse ano. Criada pelo governo colonial Ultramarino tinha como objectivo estabelecer os preceitos destinados a proteger a flora e outros recursos naturais das colónias Portuguesas. As lei subsequentes, mesmo do pós-independência tem como base os regulamentos existentes.

Este regulamento, no tocante a exploração florestal, no seu artigo 87-º prescreve que "... todo aquele que pretende em povoamentos naturais... licença de exploração florestal para a venda de produtos obtidos, deverá remeter aos Serviços de Agricultura e Florestas...alguns documentos." Adianta ainda que, " No caso do combustível lenhoso, não será exigida licença se a exploração anual não ultrapassar os 100st de lenha e 15 toneladas de carvão." ¹¹⁷

Foi através destes preceitos que foram estabelecidas as bases legais para a exploração florestal, onde as comunidades rurais puderam explorar a lenha e outros produtos florestais, sem pagamento algum às entidades ligadas as florestas, bastando apenas uma correcta gestão, nas suas terras.

Apesar de existirem instrumentos legais que possam proteger as comunidades rurais na exploração dos seus recursos naturais, existem muitos obstáculos que interferem negativamente no processo, por isso, as comunidades locais criam mecanismos próprios de defesa contra essas situações.

¹¹⁵ Tsamba & Soto. *Opcit*: 1997: 7

¹¹⁶ República de Moçambique: Ministério da Agricultura e Pesca (PROAGRI) *Componente Florestas e Fauna Bravia*. (1998: 15.)

¹¹⁷ *Principal Legislação Publicada em Moçambique*. Vol. X X X I X, L. Marques : Imprensa Nacional, 1965: 427/ 432. No seu artigo 82-º refere que a exploração dos produtos florestais só poderá iniciar depois de os interessados estarem munidos de uma licença. Porém " Serão dispensados de licenças de exploração florestal os rural que vivam fora de povoações comerciais ou classificadas, desde que vise o consumo próprio ou se destine a trabalhos artesanais."

7 Mecanismos de Gestão e Controle dos Recursos Florestais: Lenha

“ O controlo da exploração dos recursos florestais para lenha é da responsabilidade dos próprios camponeses que possuem esses recursos na sua parcela de terra, e não permitem que qualquer indivíduo estranho e sem autorização possa explorá-los. Portanto, a família faz vigia dos recursos explorados na sua terra, mas, não tem como se defender dos exploradores indevidos. ”¹¹⁸

Por isso, cabe a própria comunidade local fazer o devido controle dos indivíduos não desejados. Porém, nem todos os que exploram os produtos florestais, são controlados.

Os chefes locais não têm meios para controlar a correcta gestão dos recursos florestais sobretudo em meios materiais e técnicos. Muitas vezes o nível instrucional também contribui para o fraco controle e alguns não sabem ler nem escrever.¹¹⁹

Nas entrevistas que efectuamos, apuramos que as regras de gestão tradicionais são conhecidas na comunidade local e foram transmitidas de geração para geração. Todavia, alguns factores tem interferido bastante na manutenção dos recursos naturais, são os casos da guerra que afectou o país em particular as zonas rurais; a seca que se fez sentir em toda a Província de Inhambane sobretudo na década de oitenta, o processo da migração que se estabeleceu desde o período colonial até à actualidade e a instalação das aldeias comunais nas várias localidades do Distrito de Inharrime entre os anos 1980 à 1986.

¹¹⁸ Vilanculos, Afonso. Identificação das Regras tradicionais de manejo em Uso na Região de Santaca. Maputo: U. E. M : Departamento de Engenharia Florestal, 1998: 9

¹¹⁹ Em Nhacoongo durante a nossa estadia, constatamos que o régulo local não sabe ler nem escrever, e quando é para interpretar algum documento é auxiliado por um sobrinho, que não fez a 4ª classe.

Nas zonas rurais de Moçambique, a ruptura da racionalidade pré-existente no sector agrícola, que iniciou com a queda dos circuitos de comercialização, dos seus produtos agro-pecuários, por não poderem vender aos cantineiros, nem poderem comprar diversos produtos como o sabão, petróleo, sal, açúcar e outros; aliado ao facto de se ter registado o abandono de técnicos rurais, criou um fosso no desenvolvimento económico-social no geral e em particular, criou condições para a maior procura de produtos florestais.¹²⁰

Neste contexto, era necessário organizar a população rural em aldeias comunais.

Em 1977, através das directivas sócio-económicas da FRELIMO, as aldeias comunais foram definidas como sendo: “...opção na estratégia de socialização das zonas rurais.”¹²¹ Com o objectivo de atingir a satisfação das necessidades básicas em termos de educação, saúde, cultura, da população com relativa rapidez. Porém, é necessário lembrar que a população moçambicana vivia, nessa altura, de forma dispersa, por isso, nas estratégias de desenvolvimento, o isolamento, a dispersão dos camponeses e o atraso tecnológico, provocado pelo colonialismo foram considerados pelo governo, determinantes na capacidade produtiva do campesinato e, longe de satisfazer as necessidades alimentares fundamentais do País. Foi nesse contexto que a FRELIMO definiu que: “A organização dos camponeses em comunidades rurais é essencial para o desenvolvimento da vida colectiva no campo e para a criação das condições necessárias, a socialização da agricultura.”¹²²

Esta forma de desenvolvimento colectivo rompeu em primeiro lugar com a forma de povoamento disperso.

¹²⁰ Reforma Agrária na República de Moçambique, opcit, 1978: 17/ 18.

¹²¹ FRELIMO, Documentos da 8ª Secção do Comité Central, Maputo, 11 à 27 de Fevereiro, 1976: 81.

Para Araújo, as transformações que ocorreram no campo *"não podem ser vistas só pela concentração de população num determinado espaço, mas e também em moldes colectivos de produção, sem esquecer o papel importante da produção familiar."*¹²³

No tocante à produção familiar, Casal considerou que *"... se por um lado a concentração das populações em aldeias comunais foi importante na canalização de auxílios de emergência, ... em relação a produção agrícola os efeitos da aglomeração espacial foram em algumas regiões do país bastante negativos, agravando ainda mais a situação de fome na região."*¹²⁴

No que se refere ao combustível lenhoso, o mesmo autor acima citado notou que em Inhambane quando certas aldeias foram constituídas, a lenha existia com relativa abundância nos seus limites. Mas passados aproximadamente 5 anos, este recurso apenas se encontrava, e com muitas dificuldades a distâncias superiores a 4km. Os próprios aldeões afirmaram nessa altura que a recolha de lenha representa uma manhã inteira de trabalho para a mulher colher para a sua casa um molho que é consumido em 2 dias.¹²⁵

Em Nhacoongo, na aldeia comunal de Mafassane colhemos o seguinte depoimento. *"A existência da aldeia de Mafassane é que arruinou os nossos recursos naturais incluindo a lenha, porque já antes de irmos viver na aldeia, colectávamos lenha nesta zona, em pequenas quantidades. Com a existência de muitas pessoas, começamos a cortar a lenha para todos nós, depois iniciou a falta de lenha e*

¹²² FRELIMO: idem, 1976: 81.

¹²³ Araújo, Manuel G. M. O sistema das Aldeias Comunais em Moçambique: Transformação no Espaço Residencial e Produtivo- Tese de Doutoramento, Lisboa, 1988:

¹²⁴ Casal, Adolfo Yanez, opcit, 1996: 17

¹²⁵ Araújo, Manuel G. M. As seis Aldeias de Inhambane, Maputo: U. E. M: Departamento de Geografia, 1987: 6.

*actualmente só podemos colectar noutras zonas do distrito de Inharrime ou Jangamo.*¹²⁶

Portanto, o objectivo que levou a criação das aldeias comunais, nomeadamente, apagar a situação de atraso sócio-económico do campo, foi importante, todavia a sua materialização pecou no aspecto de não contemplar as realidades específicas de cada região, cultura e hábitos próprios.

A nível da região a situação agravou-se mais devido a seca da década de oitenta e que obrigou as populações locais a viverem apenas do que a natureza oferecia, tornando as florestas um alvo imediato de exploração. De facto foi neste período que a lenha foi intensamente explorada na zona.

Por outro lado, a guerra foi um factor catalisador no consumo de lenha e processo de desflorestamento.

A desflorestação verificou-se em larga escala no período pós guerra (1989/1990) quando foi necessário limpar a floresta fechada. Isto deveu-se à necessidade de melhor controlar a entrada e, saída de pessoas e bens da povoação. Estas palavras são confirmadas por alguns membros da comunidade local: *“Nós cortávamos as árvores para permitir maior visão dos que entravam e saiam de Mafassane. Depois aproveitávamos essas árvores para termos lenha. Nessa altura tínhamos muita lenha e às vezes vendíamos. Mas actualmente temos falta de lenha.”*¹²⁷

¹²⁶ Augusto Laiene Gove. Entrevista : 26/ 5/ 1998.

¹²⁷ Micas, Gove. Entrevista: Mafassane, 12/ 12/ 1997.

Pode se concluir que a guerra contribuiu negativamente, não só no aspecto da mobilidade populacional como também na redução dos recursos florestais aí existentes.

Há ainda um outro aspecto relacionado com a guerra: a migração. Esta é antiga no distrito de Inharrime. Contudo, a prolongada guerra que afectou as zonas rurais ao não permitir a prática agrícola e outras actividades próprias do campo, levou a que muitos homens em idade activa migrassem não só para os meios urbanos mas sobretudo para as minas do Rand. Ora, o comércio na zona era suportado também pelas remessas dos familiares que se encontravam na África do Sul. Todavia, nós tomamos conhecimento da existência de muitos ex-mineiros desempregados, que viviam do comércio informal. Um dos negócios praticados por este grupo é a venda de lenha.

Todos estes factores contribuíram, portanto para a crise de lenha ao colocarem a população local numa situação de vulnerabilidade sócio-económica, associados as condições climáticas que não incentivam a prática agrícola, conduzindo sobretudo as mulheres e crianças a posições constrangedoras no âmbito da gestão e maneio dos recursos naturais no geral e em particular da lenha.

7 Os Intervenientes no Processo da Gestão e Maneio

Dos Recursos Naturais Versus Lenha.

No Sul de Moçambique, a gestão dos recursos naturais no geral cabe aos homens, apesar de a mulher constituir mais da metade da população moçambicana, e de ser economicamente mais activa. Contudo, é da responsabilidade da mulher o sustento da sua família, uma das actividades domésticas mais importantes. Para isso ela tende

recorrer a lenha para confeccionar os alimentos. Mas, devido a crise do combustível lenhoso no período em estudo ela, percorria grandes distâncias a procura de lenha indispensável a sobrevivência humana. Em *Nhacoongo* as mulheres entrevistadas manifestaram -se preocupadas com a protecção das florestas e meio ambiente. Pois segundo estas, dependem dos recursos da natureza para a sua sobrevivência e do grupo familiar. Por isso, a crise dos combustíveis lenhosos afecta directamente a mulher. Em *Nhacoongo* particularmente na povoação comercial até um raio de mais ou menos 4 a 5 km, pura e simplesmente não existia lenha, situação que se prolonga até a actualidade. Algumas mulheres nessa zona, saiam de casa de madrugada à procura de lenha, regressando só no fim da manhã.¹²⁸

Por último concluímos que, a exploração da lenha em *Nhacoongo* teve duas fases importantes: desde o início da independência até aos princípios da década de oitenta e depois dessa altura até 1992. No primeiro período a exploração não foi intensiva mas, já na segunda fase a situação piorou devido a exploração desenfreada tanto pela comunidade local como também pelas pessoas "estranhas".

¹²⁸ Importa referir que as mulheres entrevistadas na região não quiseram ser reveladas no trabalho, por isso digo "as mulheres para referi-las.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

1 Conclusão Geral

O presente trabalho de licenciatura foi fruto de uma abordagem da exploração de lenha em *Nhacoongo* e os seus efeitos na meio local entre os anos 1974 à 1992.

Na apreciação do tema constatamos que os recursos florestais são relevantes para a produção de lenha e outros derivados. No que diz respeito à produção de lenha, apreendemos que, regra geral, as comunidades rurais têm preferências para as espécies nativas. No caso concreto de *Nhacoongo*, ficamos a saber que a população local prefere a "*Brachystegia Spicalformis*", conhecida na região pelo nome de tamba. Esta planta segundo apuramos durante a pesquisa, encontrava-se muito bem representada na zona, mas devido a exploração inadequada dos recursos florestais desde os finais da década de oitenta que se assiste a sua rarefação. Esta situação foi provocada pelo baixo nível económico e social atravessado pela população local que, em alguns casos atinge a extrema pobreza. Por isso, concorrendo por isso, para que a comunidade local encontrasse na lenha uma alternativa de sobrevivência, não só para o consumo como e principalmente para a venda, por forma a conseguir moeda de troca.

Uma vez que o mercado: a cidade de Inhambane e arredores encontravam-se sempre prontos para absorver a lenha nesse período, bastava apenas produzir para encontrar uma zona de mercado livre, pronta para o consumo de lenha.

Neste processo da produção e de comercialização, os C.F.M Delegação de Inhambane, desempenharam um papel crucial nos circuitos da produção e venda. Apesar de que na altura as plantações de *eucalyptus* se encontravam em

funcionamento em *Nhacoongo*. Importa referir ainda que apesar de não ser sua vocação os C.F.M efectuavam cortes intensivos de lenha em toda a região e, no acto da produção não seleccionavam a lenha a ser cortada tendo, por isso, contribuído e desta maneira, para a crise de biomassa lenhosa que se verifica na actualidade em *Nhacoongo*.

No entanto, a própria comunidade local, também pôs em risco a gestão dos seus próprios recursos principalmente nos finais década de oitenta, quando já se desenhava o fim da guerra civil. Pois, na procura de melhores terras para a agricultura, a Tamba foi pura e simplesmente abatida indiscriminadamente, para que fossem plantadas as mandiocas que normalmente garantiam e garantem ainda à nível local o sustento alimentar da comunidade. Por último, importa destacar que em todo esse processo e período, a própria comunidade muitas vezes não conseguiu assegurar os seus mecanismos habituais de maneio e gestão dos seus próprios recursos naturais pondo em risco a produtividade da agricultura assegurada pela mulher, em favor do tempo que ela gasta a procura de lenha, visto que esta encontra-se actualmente a grandes distâncias e muitas vezes fora daquele que sempre foi o seu *habitat* regular.

Por outro lado as políticas de desenvolvimento do período pós- independência também acentuaram os níveis de pobreza em que já vivia a comunidade de *Nhacoongo*.

2. Recomendações.

A exploração descontrolada da lenha em *Nhacoongo* tem como causa principal o fraco nível sócio- económico em que a comunidade local vive. Por isso, deve se incentivar a actividade agrícola, aproveitando o facto de existir localmente um posto agronómico muito importante, para levar a cabo o conhecimento devido das pragas, e culturas que melhor devem ser disseminadas.

Para que a comunidade local tenha capacidade de administrar melhor os seus recursos, é necessário que sejam reforçados os mecanismos legais de gestão e maneios comunitários; para vigiar as suas terras onde, são explorados os recursos florestais incluindo a lenha e fazer cumprir com as leis que forem promulgadas.

Por outro lado a Direcção Distrital de Agricultura deve capacitar mais e melhor os seus fiscais existentes que actualmente quase não se fazem sentir e escolher entre a comunidade local alguns dos seus membros para participarem no processo de fiscalização.

Fontes Utilizadas

I

Obras e Artigos Publicadas.

Abrahamsson, H. & Nilsson, A. Moçambique em Transição: Um Estudo da História de Desenvolvimento Durante o Período 1974- 1992.- Maputo: CEEI/ ISRI, 1994: 365.

Alan, Gilpin. Dicionário de termos do Ambiente, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1980.

Adam, y. Desenvolvimento no Pós Independência Em Moçambique. Periodização e Problemática, Maputo: U. E. M / C. E. A, s/p.

Araújo, Manuel G. M.1 O Sistema das Aldeias comunais em Moçambique: Transformação no espaço residencial e Produtivo. - Tese de Doutoramento, Lisboa, 1988.

Araújo, Manuel G. M.2 As seis Aldeias Comunais da Província de Inhambane, Departamento de Geografia/ U.E.M (Geografia Económica nº1), Maputo,1987

Cabral, A. Raças, Usos e Costumes dos Indígenas do Distrito de Inhambane, Shitswa, Guitonga e Shishope, L. Marques: Imprensa nacional, 1910.

Casal, Adolfo Yañez1. " A Crise da Produção Familiar e as Aldeias Comunais de Moçambique " In : Revista Internacional de Estudos Africanos. 1988. 8-9. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical / Centro de Estudos Africanos e Asiáticos . Dez / Jan, 1988. 157- 191.

Casal, Adolfo Yañez 2. Antropologia e Desenvolvimento: As Aldeias Comunais de Moçambique, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1995.

Gil, António Carlos. Projectos de Pesquisa , S.Paulo: Editora Atlas S.A, 1988.

Hughes, David Mcdermott. Melanie, Hughes.Reclamações Comunitárias Sobre o Uso e Aproveitamento da Terra: Metodologia de uma Documentação na Zona do Régulo Gogoi, Mussurize: Centro de Informação e educação para o Desenvolvimento, 1997.

José, Negrão. Mía, Couto. Amélia Soto, António Sopa. Participação das Comunidades na Gestão dos Recursos Naturais, MICOA : G.T.A, 1996.

Manual de Sociologia do Habitat Rural, C.E.A: Departamento de Estudos Para o Desenvolvimento do *Habitat*, Maputo, 1983.

Mendes Ferrão, J.E 1 Agricultura e Desertificação, Lisboa: AIJE/ APORJEL, 1992.

Mendes Ferrão, J.E.2 “ A Desertificação Integrada na Conservação dos Recursos Naturais, na Poluição e na Produção de Alimentos”.-Agricultura e Desertificação, Lisboa: 1992.

Meigia, Margarita & Mía, Couto. Algumas Linhas de Orientação Para a Concepção de Campanhas de Educação Ambiental em Moçambique, Maputo, 1990.

Mendes Ferrão, J.E. “ A Erosão Natural e Erosão Acelerada”, Agricultura e Desertificação, Lisboa, 1992.

Moçambique, Situação Actual do Meio Ambiente, (G.T.A): Ministério Para a Coordenação Ambiental, 1996

Montalembert, M.R & Clément, J. Fuelwood Supplies in the Developing Conutriens, FAO Forestry Paper (42), Rome, 1983.

Plano Nacional de Investigação Florestal (1º) Rascunho, Ministério da Agricultura: Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia, 1992.

Principal Legislação da Província de Moçambique, Lourenço Marques: Imprensa Nacional, vol XXV, 1965.

Programa Nacional de Gestão Ambiental, Maputo: Ministério para a Coordenação Ambiental, 1996.

Ombe, Alexandre Zacarias. A História da Educação Ambiental em Moçambique, Maputo: Editora Escolar, 1996.

Réffega, António.1 “ A Floresta como Fonte de Energia: O Caso da Lenha.” Agricultura e Desertificação, Lisboa, 1992.

Réffega, António.2 “ A Floresta Tropical e a Preservação do Ambiente. ” Agricultura e Desertificação, Lisboa, 1992.

Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural na República Popular de Moçambique: Documento Preparado para a Conferência Mundial sobre a Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, Maputo: C.E.A / U. E. M, 1978.

Sardinha, Raúl. "A Desertificação e o Uso da Terra nos Trópicos", Agricultura e Desertificação, 1992.

Seminário Angola e Moçambique Sobre Lenha e Carvão, Maputo, 19 a 23 de Maio de 1988.

Sequeira, Ramiro Lopes. Monografia Etnográfica dos Indígenas da Circunscrição de Inharrime, Mossuril, 1956.

Sequeira, Ana. Programa Floresta Comunitária e Energia Lenhosa (Cofopro), Ministério da Agricultura: Direcção de Florestas e Fauna Bravia, Maputo 1992.

Silva, Raúl Augusto da. "Elementos Para o Reconhecimento Florestal da Colónia de Moçambique", In: Boletim da Agência Geral da Colónia de Moçambique, 19 .

Sousa, Esteves de. Considerações Acerca do Equilíbrio Entre as Comunidades Florestais e do Ambiente em Moçambique", in: Ministério das Colónias / Junta de Investigações Coloniais, Lisboa, 1950.

Tsamba & Soto, Planeamento Integral de Energia doméstica: Biomassa Lenhosa , 1997.

Vocabulário Básico de Meio Ambiente, s/d, MICOA.

Fontes Primárias

II

Reis, Raúl Cândido. "Relatório da Inspenção dos Serviços Administrativos e Negócios Indígenas, in: Relatórios e Documentos Referentes à Inspeção Ordinária do Distrito de Inhambane, caixa 30, 1944.

Silva, Relatório da Administração da Circunscrição de Inharrime, Lourenço Marques: Imprensa Nacional, caixa 33, 1969.

* Documentação Avulsa dos C.F.M, Constituída por diversas guias.

Orais

III

-Bata, Francisco. Responsável do Posto Agronómico de *Nhacoongo*:

Entrevista no local: 6/ 5/1998.

-Cambula, Jacinto Elias Macause, Desempregado-ex-mineiro: Entrevista:
5/5/1998.

-Carlos, Victorino João. Funcionário de Via e Obras dos C.F.M, Delegação de
Inhambane: Entrevista na Empresa, 1997.

-Cumbane, Muloliciane Phaiphe. Régulo de *Nhacoongo*, desde 1994:
Entrevista: 15/12/1997& 10/1998.

-Gove, Micas Silva. Tratorista do Posto Agronómico de *Nhacoongo*
actualmente reformado: Entrevista: 6/5/ 1998.

-Gwambe, Jaime Abrahamo. Administrador Distrital de Inharrime Entrevista
na administração local, 12 /1997

-Jdeka, Julião Jwobela. desempregado-Ex mineiro e dos C.F. M: Entrevista em
Nhacoongo 12/ 12/ 1997.

-José, Paulo: desempregado : Entrevista em Mafassane: 6/5/1998.

-Macie, Samuel. Responsável da secção de Via e Obras dos Caminhos de Ferro
de Moçambique, Delegação de Inhambane: Entrevista na Empresa, 1997/ 1998.

-Mutazwa, Atanásio Xavier Chipumbere. Comissário da Aldeia de Mafassane
desde a sua criação: 6/5/1998.

-Nhamússua, António Fernando. Capataz das Plantações de *Nhacoongo*:
Entrevista: 12/ 12/ 1997.

ANEXO 2

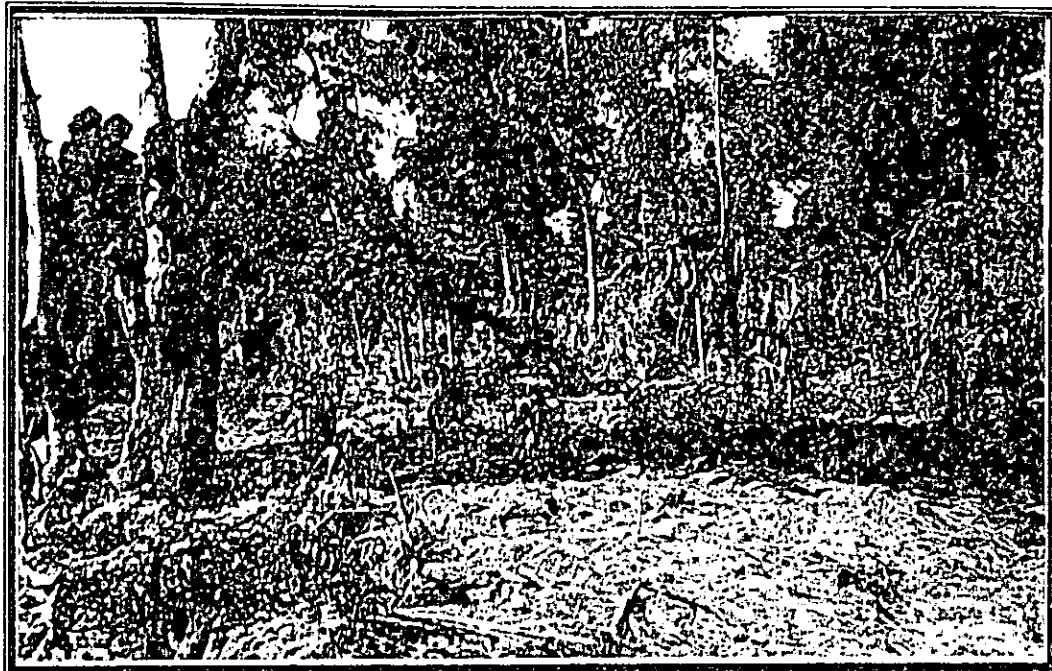


Foto tirada em Cambula.
Brastegio.
Solo rico em matéria orgânica



Foto tirada em Cambula. Mostra a copa da Brastegio.

ANEXO 2



Plantações de Eucalyptos e agricultura de pousio com pouca duração.

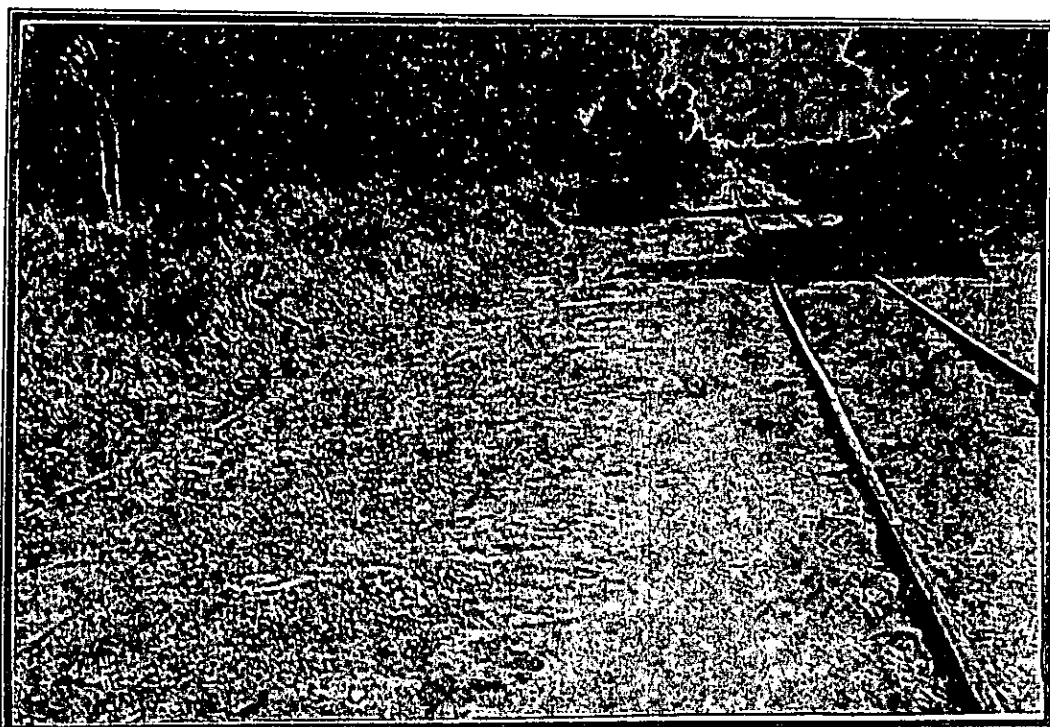


Plantações de Eucalyptos em Ithacoongo.

ANEXO 2

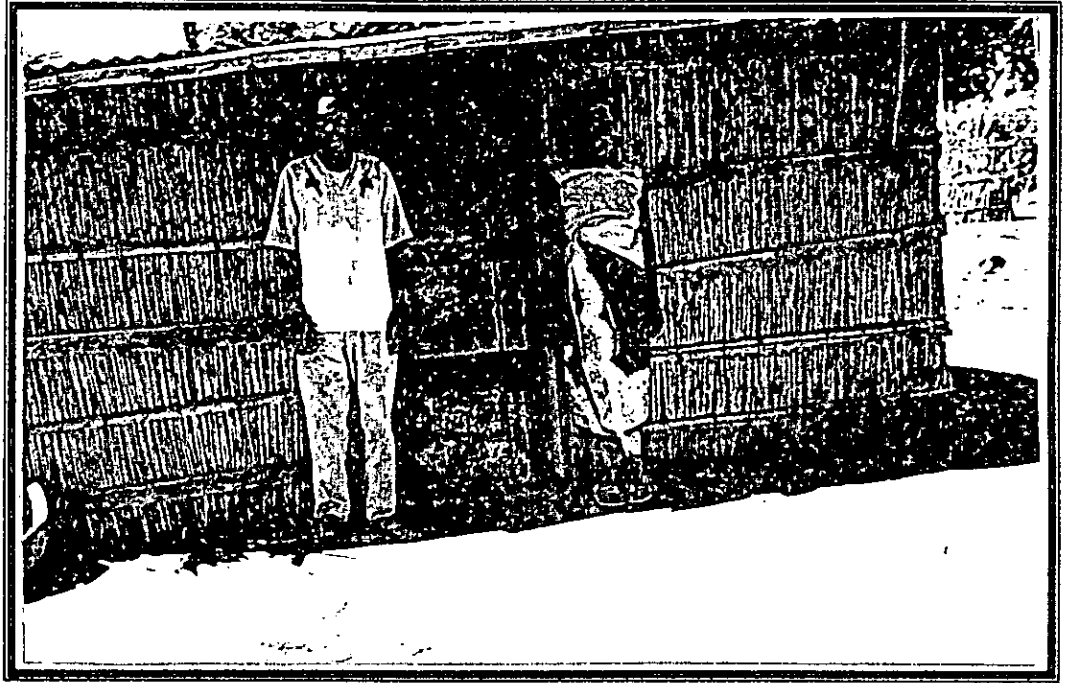


Estação dos Caminhos de Ferro em Inhacoongo.
Local onde era armazenada a lenha.

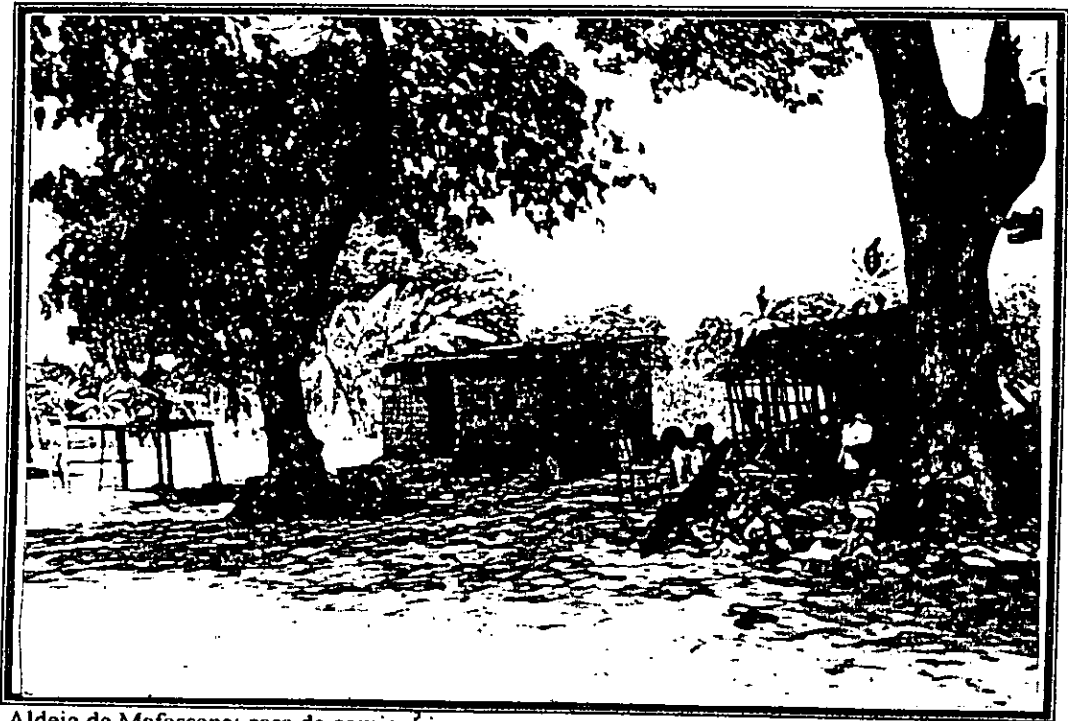


Linha Ferrea e vagão em estado obsoleto.

ANEXO 2



Regulo actual de Nhacoongo: Jotamo Phaiphi Cumbane.



Aldeia de Mafassane: casa do comissário.

XXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXX
XXXXXX

12/23

EXCM. SENHOR

DIRECTOR DA EMPRESA C.F.M.

- I N H A M B A N E -
=====

194/SVD-I/985

18/10/985

AQUISICÃO DE FERRAMENTA

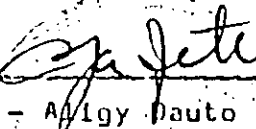
01 - O Sector de Arborização atravessa grandes dificuldades no cumprimento das metas da produção, na corte do lenha e nas machembas de Chongola, Nhacongo e Mutamba, o que ameaça paralizar os trabalhos.

02 - Contactado o Responsável das Oficinas Gerais sobre o assunto este informou ser impossível o fabrico das ferramentas em questão por falta de material.

03.- Por isso, rogo a V.Exa. se digna autorizar a compra e fornecimento urgente, pelas Oficinas Gerais, das seguintes instrumentos de trabalho:

- 100 machados
- 100 catanas
- 100 enxadas

o CHEFE DE SECÇÃO DE VIA E OBRAS.



- Algy Dauto Algy -

CHEFIA DOS ARMAZENS GERAIS DOS
C.F.M.

- INHAMITANE -

F-5/27/F

6/SVO-1/986

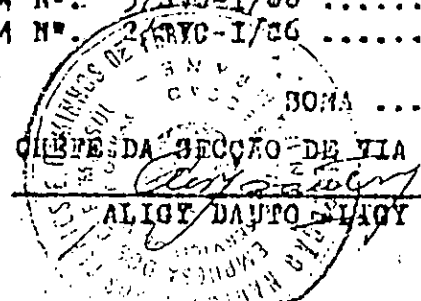
22/1/986

FORNECIMENTO DE LENHA DE EUCALIPTO

Para os devidos efeitos, junto se remete a V.Exª. as Guias A/4 N.ºs. 161 e 3/SVO-I/86, de fornecimento de 235 metros cúbicos de lenha de eucalipto, afim de proceder ao débito, e N.º. 2/SVO-I/986 de 4 vagões de estacas, que abaixo se descrevem:

Guia A/4 N.º. 161/SVO-I/86	220 m ³
Guia A/4 N.º. 3/SVO-I/86	15 m ³
Guia A/4 N.º. 2/SVO-I/86	4 vagões de estacas
SOMA	235 m³

O CHEFE DA SECÇÃO DE VIA E OBRAS



A

CHEFIA DOS ARMAZENS GERAIS C.F.M.

- I N H A M B A N E -

F-8/27/F

45/SVO-1/985

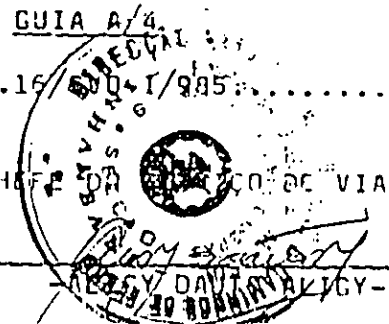
8/2/985

FORNECIMENTO DE LENHA DE TAMBA

Para os devidos efeitos, junto se remete a V.Exª. Guia A/4 N.º. 16/SVO-I/985, de fornecimento de 44 metros cúbicos da lenha de tamba, afim de proceder ao débito, que abaixo se descrevem:

Guia A/4 N.º. 16/SVO-I/985	44 m ³
----------------------------------	-------------------

O CHEFE DA SECÇÃO DE VIA E OBRAS



*Para análise
em ato de aquisição
16/2/84* *Via e Obras* *8/27/84*

DIRECÇÃO NACIONAL DOS PORTOS E CAMINHOS DE FERRO

DIRECÇÃO EXECUTIVA DOS CFM.-INHAMBANE

AVISO AO PÚBLICO Nº. 2/987

Torna-se público que devido a subida de encargos da produção de lenha, pois os custos de transportes e força de trabalho foram alterados.

A VENDA DE LENHA PASSA A TER OS SEGUINTE PREÇOS:

- 1 - Venda de lenha excedentária as Padarias, Laros, Hóteis e outros; e aos trabalhadores Ferro-Portuários.
 - 1.1. No local de produção (no mato) com transporte do cliente.
- 800,00 Meticais cada metro cúbico ou Store
 - 1.2. No apeadeiro de Nhacoongo, lenha concentrada pelos C.F.M. na Estrada Nacional Nº.1.
- 1.200,00 Meticais cada metro cúbico ou Store.
 - 1.3. Na Cidade de Inhambane lenha transportada pelos C.F.M. (nos Armazéns Gerais).

Vendida aos particulares (Padarias, Centros Internatos, Hotéis e outros).
- 1.500,00 Meticais cada metro cúbico ou Store.
 - 1.4. Lenha a vender aos trabalhadores Ferro-Portuários.
- 800,00 Meticais cada metro cúbico ou Store.
 - 1.5. Lenha a vender aos singulares.
- 1.000,00 Meticais cada metro cúbico ou Store.
- 2 - Todos os trabalhadores Ferro-Portuários residentes nas Cidades de Inhambane e Maxixe tem direito a aquisição de lenha para o consumo caseiro.
- 3 - Não é permitido a aquisição de lenha que cada trabalhador Ferro-Portuário tem direito passar para outras pessoas por não estar interessado e por residir fora da Cidade.

B/27/F

EXMO. SENHOR

COMISSÁRIO DA ALDEIA COMunal
DE MAFASSANE

-NHACCONGO -

P-3/27/F

CORTE DE LENHA DE TAMBA

85/SVO-I/986

8/5/986

1ª)- Em virtude de termos requeridos à essa zona ao Exmº Sr. Governador da Província de Inhambane, o corte de Lenha de tamba com licença de exportação florestal Nº. 414/85, que se destinam para os comboios, Tomás de água e abastecimento da Escola Ferroviária, onde as mesmas estruturas têm tomados como um centro propício para nossas reuniões.

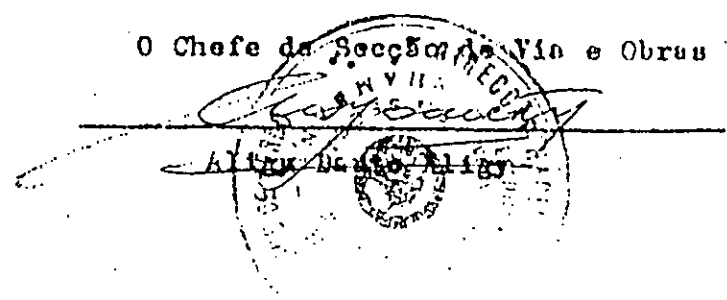
2ª)- Como a zona, que encontra-se a Lenha de tamba seca, essa estrutura tem proibido fazer o corte, solicito a V. Exª. que a referida zona seja autorizado com brevidade possível.

3ª)- Caso não sugerem a sua autorização, será de intsrira de responsabilidades de estruturas competentes no nível do Estado.

UNIDADE, TRABALHO, VIGILÂNCIA

A LUTA CONTINUA

O Chefe da Secção de Via e Obras


ALEXANDRE ALVES ALVES

*Recebido
Tracção, M.T.T. de 1º banco
e capotac de 1º*

A

ESTAÇÃO

- INHARRIME -

P-B/27/F

162/SVO-I/986 10/9/986

LENHA

1º) Em virtude de possuir um blindado disponível para carregamento de lenha com trajetória de Nhamboongo à Inharrime, para abastecimento dos comboios, solicito que futuramente será da inteira responsabilidade dessa, o descarregamento de lenha, para se beneficiar no mesmo transporte, para garantir o bom andamento na execução de escoamento.

2º) Caso existir as irregularidades acima supra citada terá de levantar os prejuízos do carro e percurso, carga e descarga, para efeitos averiguar o culpado e o seu pagamento.

3º) Deixo o melhor compreensão e colaboração, para o bem da Empresa.

O CHEFE DA SECÇÃO DE VIA E OBRAS

ALIGY DAUTO ALIGY
ALIGY DAUTO ALIGY

A

CHEFIA DOS ARMAZENS GERAIS

- INHAMBANE -

P-B/27/F

24 10 989

FORNECIMENTO DE LENHA

206/SVO-I/1989

Para os devidos efeitos, junto se remete a V. Ex. guia A/4 de fornecimento de 156 metros cúbicos de lenha, afim de proceder ao débito que se abaixo discrimina:

Guia	A/4	Nº. 71/SVO-I/1989	88 m3
Guia	A/4	Nº. 85/SVO-I/1989	10 m3
Guia	A/4	Nº. 93/SVO-I/1989	44 m3
Guia	A/4	Nº. 95/SVO-I/1989	14 m3
SOMA			156 m3

Ø CHEFE DE SECÇÃO DE VIA E OBRAS

- ALIGY DAUTO ALIGY -

GUIÃO de ENTREVISTAS

As entrevistas a serem apresentadas (questionário), foram elaborados para pessoas singulares e grupos colectivos. Em ambos os casos, foi utilizado o sistema de tomada de apontamento e gravação em cassette audio, de maneira a reter maior e melhor qualidade de informação.

Tipologia de Questões

Nível A : Dados Pessoais

- _ Nome do entrevistado.
- _ Data da entrevista.
- _ Local da entrevista.
- _ Profissão do entrevistado
- _ Estado Civil.
- _ Agregado familiar.

Nível B: Modo de vida, no Regulado de *Nhacoongo*

I) Período Colonial.

- _ Como se encontrava organizado o regulado nesse período?
- _ A agricultura colonial não alterou a forma de organização social existente?

II) Período pós-Independência.

- Qual foi a reacção da comunidade local em relação ao processo de aldeamento?
- _ Que mecanismos foram utilizados localmente pela população, para aliviar os constrangimentos provocados por esse processo?

III) Período de guerra dos 16 anos.

- _ As pessoas permaneceram nos seus lugares de residência, ou se deslocaram para outras regiões?

_Quais são essas regiões?

IV) Situação Actual.

_Terminada a guerra, como se processou a reintegração da população local ?

_Surgiram alguns conflitos relacionados com a posse de recursos naturais?

Nível C: Vida Económica

_Como era efectuada a divisão de tarefas?

_Quais as actividades económicas praticadas localmente?

_Como se processaram as relações económicas?

Nível D: Como era feita a gestão e o controle dos Recursos Naturais localmente?

_Como era feita a gestão dos recursos naturais no período colonial?

_Refere sobre o papel dos Caminhos de Ferro de Moçambique-Delegação de Inhambane ao nível local, quanto ao processo de uso e aproveitamento dos recursos naturais?

_Qual é a situação dos recursos florestais em *Nhacoongo*?

a) No período colonial.

b) No período da guerra.

c) Actualidade.

_Qual tem sido a função da Direcção Distrital de Agricultura ?

- Como se processou a fiscalização do período depois da Independência?

_Existe de facto controle dos recursos florestais ?

Anexo 4

- _ Se não existe, que medidas gostaria que fossem tomadas ?
- _ Quais são as plantas mais preferidas localmente na exploração de lenha pela população?
- Como se processaram os circuitos de comercialização?
- Que tipo de combustível lenhoso é mais preferido pela população localmente, lenha ou carvão vegetal?
- Que instrumentos são utilizados na produção?
- Como é que se faz a produção de lenha?
- _ Em que tipos de vegetação ?
- Como é aproveitado o material lenhoso?
- Quando se destroem árvores qual tem sido a finalidade?
- Qual a finalidade da produção de lenha?
- _ Que mão de obra utiliza ?
- Como paga o auxílio concedido?
- Quais as principais dificuldades encontradas na exploração de lenha?
- _ Qual tem sido a função das autoridades locais?
- Quais são as potenciais zonas de *Nhacoongo*, onde mais se corta a lenha?
- _ Que tabus envolvem essa actividade?
- _ Qual é o papel da Mulher no processo?
- _ Quais são os níveis de consumo da lenha?
- _ Que mecanismos de gestão e maneio têm sido praticados localmente?
- Quem são os donos dos recursos florestais e da terra ?
- _ De que forma eram efectuadas as regras de herança e sucessão?
- _ Há bosques sagrados?
- _ Como é vista a situação do fogo e das queimadas localmente?